



Perfil

DAS PESSOAS E FAMÍLIAS
NO CADASTRO ÚNICO
DO GOVERNO FEDERAL

2013



Perfil

DAS PESSOAS E FAMÍLIAS
NO CADASTRO ÚNICO
DO GOVERNO FEDERAL

2013

2014 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

**Perfil das Pessoas e Famílias no
Cadastro Único do Governo Federal – 2013**

Conteudistas e Apoio Técnico

Camila Fracaro Carmargo, Camilo Mussi, Cláudia Regina Baddini Currello, Elaine Cristina Licio, Joana Mostafa, Laís Raiane Miguel Amaral, Letícia Bartholo, Natália Massaco Koga e Paula Pompeu Fiuza Lima.

Projeto gráfico e diagramação

Hugo Pereira

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Distribuições e informações

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Av. W3 Norte – SEPN Quadra 515, Bloco B, 5º Andar – Sala 548
CEP: 70770-502 – Brasília/DF
Endereço eletrônico: www.mds.gov.br
Correio eletrônico: cadastrounico@mds.gov.br

Sumário

Índice de ilustrações	7
Índice de gráficos	
Índice de tabelas	
Índice de mapas	
Sumário executivo	9
Introdução	11
Metodologia	16
Apresentação das famílias cadastradas por faixa de renda	19
Perfil das famílias cadastradas e das famílias beneficiárias do PBF por região	23
Pessoas cadastradas e pessoas beneficiárias do PBF por região e renda familiar <i>per capita</i>	32
Famílias e pessoas de grupos tradicionais e populacionais específicos	37
Considerações finais	49
Bibliografia	50

Índice de ilustrações

Índice de gráficos

Gráfico 1.	Evolução do número de famílias com renda familiar <i>per capita</i> de até meio salário-mínimo no Cadastro Único (Em milhões de famílias).	14
Gráfico 2.	Percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único, por faixa de número de meses em desatualização.	17
Gráfico 3.	Famílias registradas no Cadastro Único, segundo a renda.	19
Gráfico 4.	Localização do domicílio das famílias cadastradas.	20
Gráfico 5.	Arranjo familiar das famílias cadastradas.	21
Gráfico 6.	Arranjo familiar das famílias cadastradas, por faixa de renda familiar <i>per capita</i>	21
Gráfico 7.	Porcentagem de famílias com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, por faixa de renda familiar <i>per capita</i>	22
Gráfico 8.	Proporção de famílias cadastradas e beneficiárias, por região.	23
Gráfico 9.	Pessoas registradas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar <i>per capita</i>	32

Índice de tabelas

Tabela 1.	Faixa de renda familiar <i>per capita</i> , por região.	24
Tabela 2.	Média e desvio-padrão da renda familiar <i>per capita</i> antes do PBF, por região.	24
Tabela 3.	Localização do domicílio, por região – número de famílias e percentual.	25
Tabela 4.	Material predominante das paredes externas do domicílio, por região – número de famílias e percentual.	26
Tabela 5.	Domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo, por região – número de famílias e percentual.	27
Tabela 6.	Forma de abastecimento de água do domicílio, por região demográfica – número de famílias e percentual.	27
Tabela 7.	Forma de escoamento dos domicílios, por região – número de famílias e percentual.	28
Tabela 8.	Destino do lixo do domicílio, por região – número de famílias e percentual.	29
Tabela 9.	Forma de iluminação utilizada no domicílio, por região.	30

Tabela 10.	Famílias com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, por região e tipo de localidade.	31
Tabela 11.	Raça/cor das pessoas cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar <i>per capita</i> – número de pessoas e percentual.	33
Tabela 12.	Raça/cor das pessoas em famílias com renda familiar <i>per capita</i> até meio salário-mínimo, por região – número de pessoas e percentual.	34
Tabela 13.	Idade das pessoas cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar <i>per capita</i> – número de pessoas e percentual.	35
Tabela 14.	Grau de instrução das pessoas de baixa renda e beneficiárias acima de 25 anos, por região – número de pessoas e percentual.	36
Tabela 15.	Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar <i>per capita</i>	38
Tabela 16.	Famílias de Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos cadastradas e beneficiárias, por região.	39
Tabela 17.	Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por tipo de localidade.	43
Tabela 18.	Material predominante das paredes externas do domicílio, por família de grupo tradicional ou específico.	44
Tabela 19.	Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por arranjo familiar.	46
Tabela 20.	Grau de instrução das pessoas com mais de 25 anos, por famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias.	48

Índice de mapas

Mapa 1.	Famílias indígenas por municípios.	40
Mapa 2.	Famílias quilombolas por municípios.	41
Mapa 3.	Famílias acampadas por municípios.	42

Sumário executivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil, permitindo a convergência de políticas públicas para a parcela mais pobre da população.

Ainda que este objetivo esteja posto desde a instituição normativa do Cadastro Único, em 2001, ele começa a se concretizar somente com a criação do Programa Bolsa Família, em 2003, e passa a ser amplamente alcançado a partir da criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011. O Cadastro Único contém o perfil socioeconômico das famílias, levando-se em consideração o nível de acesso a serviços e algumas das principais vulnerabilidades das famílias pobres do país.

Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, mas as famílias com renda superior também podem ser cadastradas, para a utilização das informações por programas sociais específicos (como é o caso de programas de habitação que selecionam famílias com até 3 (três) salários-mínimos de renda total. Por conta do amplo escopo de programas usuários, é muito importante o trabalho no sentido de garantir a fidedignidade das informações constantes do Cadastro Único.

Das mais de 23 milhões de famílias cadastradas, totalizando quase 80 milhões de pessoas, a maioria situa-se na faixa de extrema pobreza (55%), por ser o público prioritário das políticas e dos programas governamentais que se utilizam do Cadastro Único. As famílias com renda *per capita* acima de meio salário-mínimo perfazem apenas 9% dos registros. O Cadastro Único também identifica 15 grupos tradicionais, como as famílias indígenas, quilombolas, ciganas, extrativistas, entre outros, bem como grupos familiares em situações específicas, como catadores de material reciclável, população em situação de rua, acampados, etc.

Seguem algumas das características marcantes da população cadastrada:

1. A distribuição das famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, entre as regiões do país, mostra uma concentração importante na região Nordeste, 46% do total de famílias com esse perfil de renda no Cadastro Único. Por sua importância no total da população brasileira, a região Sudeste também agrega um contingente razoável entre as famílias de baixa renda (28%). Ainda, no que diz respeito à renda, é flagrante a diferença entre as regiões Norte e Nordeste e as outras regiões do país. Enquanto, nas primeiras, mais de 70% das famílias cadastradas estão na extrema pobreza, nas outras regiões esse percentual não chega à metade das famílias cadastradas.
2. Entre as famílias cadastradas, 54% não têm acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. Quanto menor a faixa de renda familiar *per capita*, menor o acesso simultâneo a estes serviços. Os domicílios localizados em áreas rurais têm menor proporção de domicílios com acesso aos quatro serviços básicos simultaneamente, se comparados aos domicílios localizados em áreas urbanas.

3. A região Norte é a que possui menor proporção de famílias com acesso simultâneo aos quatro serviços, onde, mesmo nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso aos quatro serviços é pequena. A região Sudeste é a que possui maior número de domicílios com acesso aos quatro serviços básicos simultaneamente, principalmente quando se consideram as áreas urbanas. Como um exemplo do acesso precário a serviços, destaca-se o alto percentual de domicílios que queimam ou enterram o lixo nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente 29,6% e 25,1% das famílias cadastradas.
4. Em todas as regiões, há uma predominância de famílias em localidade urbana, porém há uma importante diferença percentual entre as regiões Norte e Nordeste e as outras. Nessas duas regiões há um percentual significativo de famílias em localidade rural, 25% e 31%, respectivamente.
5. O arranjo familiar predominante entre os cadastrados é o monoparental feminino, que caracteriza 36% das famílias, seguido por casal com filhos, que corresponde a 33% dos casos. Famílias monoparentais femininas situam-se, predominantemente, na faixa de extrema pobreza, diminuindo a sua recorrência nas outras faixas de renda. O arranjo unipessoal também é expressivo (12%), contudo, essas famílias compõem um grupo com perfil de renda dicotômico. De um lado, 41% são famílias extremamente pobres e, de outro, 42% são famílias com renda acima de meio salário-mínimo.
6. Em relação ao perfil educacional dos adultos cadastrados, 51% das pessoas com mais de 25 anos têm o ensino fundamental incompleto. Além disso, 15% das pessoas não têm qualquer instrução. A maior ocorrência de pessoas sem instrução é na região Nordeste (20,3%) e as menores nas regiões Sul (9,3%) e Sudeste (9,6%). A região Centro-Oeste é a que encontra percentuais maiores nos graus de instrução mais altos (médio e superior).
7. A concentração das famílias na faixa de extrema pobreza é ainda mais aparente nos grupos tradicionais e específicos do que no restante do cadastro. Os diferentes grupos distribuem-se de forma distinta nas regiões geográficas e nas áreas rurais e urbanas. Na maior parte dos grupos tradicionais e específicos, as famílias cadastradas não têm acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. As pessoas com mais de 25 anos pertencentes a famílias de grupos tradicionais e específicos possuem, em sua maioria, ensino fundamental incompleto e têm um maior percentual de pessoas sem instrução, quando se compara com a média das pessoas adultas registradas no Cadastro Único.

Esses dados mostram um grau ainda elevado de vulnerabilidade da população de baixa renda do país. Essa população está sujeita a múltiplas exclusões, o que impede que elas exerçam de forma plena os seus direitos. Para reverter esse quadro, é necessária a ação imediata do Estado brasileiro, em diversas frentes. É nesse sentido que deve ser destacada a experiência de integração de políticas públicas para os mais pobres e do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria, cuja evolução e cujos bons resultados somente se tornam possíveis pela existência do Cadastro Único como plataforma de informações.

Introdução

A partir da unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o Cadastro Único inicia sua trajetória concreta de tornar visíveis as famílias mais pobres do País. A gestão e a coordenação estratégica em nível federal deste instrumento estão atreladas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Todas as esferas subnacionais, a saber estados, municípios e DF, participam da gestão do Cadastro Único: os estados são responsáveis por ofertar os programas para a população cadastrada e, principalmente, por apoiar tecnicamente os municípios. Estes, por sua vez, responsabilizam-se por identificar as famílias mais pobres, cadastrando-as e mantendo seus dados atualizados.

Já a responsabilidade por desenvolver e manter o sistema operacional do Cadastro Único é da Caixa Econômica Federal (Caixa), que é o Agente Operador do Programa. A atuação do MDS na coordenação das atribuições da Caixa, assim como do processo de cadastramento realizado pelos municípios e da gestão da informação cadastral foi gradativamente se aperfeiçoando no período de 2004 a 2013. Ao longo desse processo, a parceria entre os três níveis de governo e a Caixa possibilitou a consolidação do que hoje se constitui em uma das maiores e mais fidedignas bases de dados relativas à população de baixa renda do mundo.

Sobretudo a partir de 2005, observa-se um processo de rápida expansão e qualificação das informações do Cadastro Único, que foi possível, principalmente, em função do interesse das famílias no Programa Bolsa Família e pela existência de uma rede de cadastramento nos municípios. Tal rede foi se estruturando com a expansão dos programas de transferência de renda para a população de baixa renda na última década e se fortaleceu com os repasses de recursos financeiros aos municípios e estados, iniciados em 2005 pela gestão federal.

No que tange à melhoria na qualidade das informações, pode-se enumerar quatro fatores determinantes: 1) desenho de um novo instrumento de coleta de dados (Formulário), com conceitos bem definidos e compatíveis com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o processo de capacitação específico para os profissionais que realizam a coleta de dados; 2) aperfeiçoamentos progressivos no sistema operacional de cadastramento, contando com processos de verificação dos dados, que diminuíram a ocorrência de duplicidades e inconsistências cadastrais; 3) implantação, por parte do governo federal, de um sistema de incentivo à atualização cadastral ao apoiar financeiramente os municípios e os estados; e 4) maior monitoramento da qualidade das informações cadastrais pela Senarc, a partir da disponibilização sistemática das informações pela Caixa.

Assim, entre 2008 e 2010, esteve em desenvolvimento a Versão 7 (V7) do Sistema do Cadastro Único, uma versão *online* que permite a entrada qualificada dos dados em nível municipal e maior consistência dos dados em nível nacional. Além do novo Sistema, o novo Formulário para o cadastramento foi desenvolvido a partir de discussões com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os órgãos que utilizam as informações do Cadastro Único.

Além disso, com os novos Formulários, o novo Sistema e os respectivos programas de capacitação, houve aperfeiçoamentos na identificação das populações indígenas e quilombolas, um maior detalhamento nas informações coletadas sobre a população de rua, e abriu-se a possibilidade de identificação de famílias de 12 (doze) novos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Vale ressaltar que, embora tenham sido criadas estratégias para a identificação desses Grupos Populacionais, as informações socioeconômicas coletadas para esses Grupos são as mesmas das outras famílias do Cadastro.

Os seguintes Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos são identificados no Cadastro Único:

- » Famílias indígenas;
- » Famílias quilombolas;
- » Famílias ciganas;
- » Famílias extrativistas;
- » Famílias de pescadores artesanais;
- » Famílias pertencentes à comunidade de terreiro;
- » Famílias ribeirinhas;
- » Famílias de agricultores familiares;
- » Famílias assentadas de reforma agrária;
- » Famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário;
- » Famílias acampadas;
- » Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura;
- » Famílias de catadores de material reciclável;
- » Famílias de preso do sistema carcerário; e
- » Moradores de rua.

A implantação da V7 do Cadastro Único nos municípios foi iniciada, em outubro de 2010, de forma gradativa. A migração de cada município estava condicionada à realização de capacitação dos entrevistadores do novo Formulário para a correta utilização do novo sistema, além da presença de infraestrutura mínima de conectividade nos municípios. Em julho de 2013, 99,7% dos municípios operavam a V7 do sistema de cadastramento¹.

Atualmente, o Cadastro possui mais de 25 milhões de famílias registradas e é utilizado por 23 programas do governo federal, entre eles o PBF, constituindo-se na porta de entrada para o acesso a boa parte das políticas sociais brasileiras, justamente aquelas voltadas para a parcela da população historicamente mais excluída das políticas públicas. Alguns dos programas que utilizam o Cadastro Único como referência para a seleção dos beneficiários são:

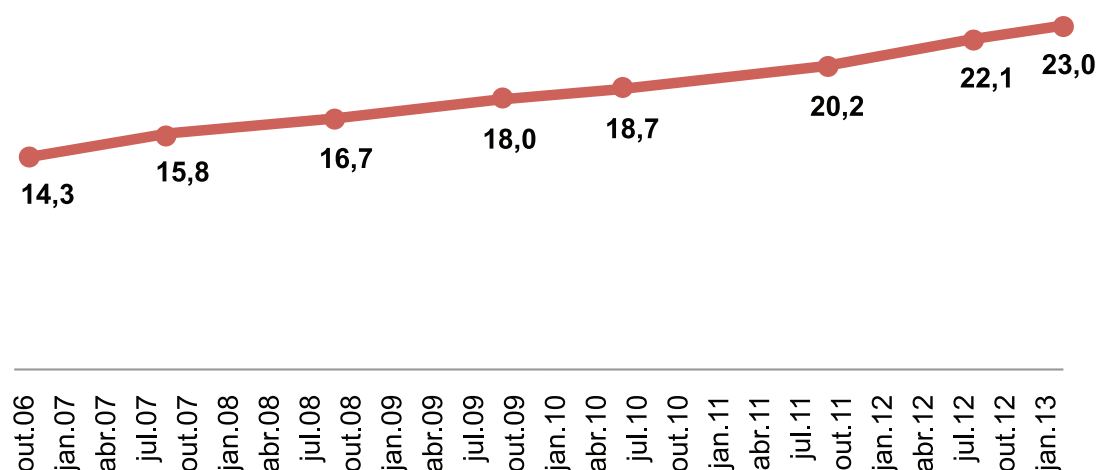
1 Os 19 municípios com problemas de conectividade, que ainda operam na Versão 6 do sistema, passarão a ter acesso à *internet* com a instalação de antenas do Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam ou Programa Gesac (Programa do Ministério das Comunicações que tem por objetivo promover a inclusão digital em todo o território brasileiro por meio de conexão à *internet* via satélite). O MDS possui Acordos de Cooperação Técnica com esses dois órgãos e parte dos municípios que não possuíam conexão à *internet* passaram a tê-la, entre 2011 e 2013, com a instalação das antenas por esses órgãos.

- » Auxílio Emergencial Financeiro – Bolsa Estiagem;
- » Carta Social;
- » Carteira do Idoso;
- » Cisternas;
- » Habitação de Interesse Social;
- » Habitar Brasil BID (HBB);
- » Isenção da taxa para concursos públicos;
- » Minha Casa, Minha Vida;
- » Passe Livre;
- » Previdência para Pessoa de Baixa Renda;
- » Programa Água para Todos;
- » Programa Bolsa Verde;
- » Programa Brasil Alfabetizado (PBA);
- » Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA);
- » Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
- » Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural;
- » Programa Mais Educação
- » Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- » Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários;
- » ProJovem Adolescente;
- » Tarifa Social de Energia Elétrica; e
- » Telefone Popular.

A utilização do Cadastro Único, como instrumento de formulação e de planejamento de políticas para as famílias pobres e como ferramenta essencial para promover a oferta integrada de ações, bens e serviços a essa população, ganhou mais destaque com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) em 2011.

Em fevereiro de 2013, havia 25,3 milhões de famílias no Cadastro Único, sendo 23 milhões (91%) com perfil de renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, faixa de renda de seu público prioritário. No gráfico abaixo, é possível visualizar a evolução do número de cadastros com renda *per capita* até meio salário-mínimo, desde o período em que se consolidou o processo de atualização cadastral.

Gráfico 1 – Evolução do número de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo no Cadastro Único (Em milhões de famílias).



Fonte: Senarc/MDS.

A progressiva qualidade das informações do Cadastro Único pode ser observada a partir da análise de indicadores relativos a cadastros válidos² e atualizados³ ao longo do tempo. Estes são dois conceitos importantes para avaliar o grau de completude e de atualização da base do Cadastro Único e são acompanhados, mensalmente, pela Senarc/MDS. Em 2005, antes do estabelecimento de critérios para a verificação das informações registradas pelo MDS, verificou-se que apenas 30% dos cadastros existentes na base possuíam informações completas (cadastros válidos)⁴. Em 2013, a proporção de cadastros válidos era superior a 80% e mais de 70% dos cadastros estavam atualizados.

Esta publicação, além de apresentar o perfil dos registrados no Cadastro Único, busca ser um instrumento para a melhoria de políticas públicas. Nesse sentido, o documento exhibe informações sobre acesso das famílias cadastradas aos serviços públicos de abastecimento de água, escoamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica. No Programa de Aceleração de Crescimento 2, há uma série de políticas que visam diminuir a precariedade da infraestrutura urbana de algumas cidades e universalizar o acesso à água e à energia elétrica. Como os dados indicam, entre as pessoas registradas no Cadastro Único, o acesso a esses serviços ainda é bastante limitado, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, não obstante seu recente avanço.

2 Considera-se válido o cadastro familiar cujo Responsável Familiar tem idade igual ou superior a 16 anos e que possui todos os campos obrigatórios preenchidos para todas as pessoas da família.

3 Cadastro atualizado é aquele que, no prazo máximo de dois anos, contados da data de sua inclusão ou de sua última atualização, teve as seguintes informações alteradas ou confirmadas: endereço, renda familiar, composição familiar (inclusão ou exclusão de integrantes), registro de documentos obrigatórios para o Responsável pela Unidade Familiar (RF), complementação do registro de documento de identificação civil para os demais membros da família, substituição do RF, código INEP e série escolar.

4 BARTHOLO, L. et al. Contribuições e potencialidades do Cadastro Único para a implementação de políticas sociais no Brasil. Brasil. Fome zero. Uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010.

A publicação também traz informações sobre a composição das famílias registradas no Cadastro Único. Os arranjos familiares registrados diferem do que é inferido na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o que indica que esse dado deve ser usado com cautela, pois pode tanto refletir vulnerabilidades reais das famílias em questão, quanto um viés de cadastramento. Conhecer os arranjos das famílias de baixa renda é importante para elaborar políticas públicas mais adequadas para esse público.

Esta publicação inova ao apresentar alguns dados sobre os Grupos e Populações Tradicionais e Específicos. Com o Brasil Sem Miséria e as estratégias de busca ativa, procurou-se incluir e formular alternativas diferenciadas de atendimento a vários desses grupos familiares. Isso se deve ao entendimento de que são populações que, muitas vezes, sofrem de uma dupla invisibilidade: uma gerada pela situação de pobreza e outra, pelo preconceito ou pelo distanciamento dos órgãos públicos. Os dados sobre esses grupos mostram que, efetivamente, eles estão em situação de maior vulnerabilidade do que a média dos cadastrados, justificando a focalização de vários programas e ações.

Este documento está dividido em seis seções, além desta introdução. Na primeira seção, descreve-se a metodologia utilizada para a análise dos dados apresentados nesta publicação. A segunda seção consiste em uma breve apresentação das famílias cadastradas, informando os dados sobre as faixas de renda. Sublinhe-se que todos os dados sobre o rendimento, expostos nesta publicação, referem-se à renda declarada pela família no Cadastro Único, desconsiderando, portanto, os rendimentos recebidos das transferências do Bolsa Família. Posteriormente, são feitas análises sobre as condições das famílias por região. Na quarta seção, são apresentadas algumas informações sobre as pessoas cadastradas e beneficiárias. Em seguida, são apresentadas as principais informações sobre Grupos e Populações Tradicionais e Específicos. Por fim, as considerações finais resumem os principais pontos explorados nesta publicação.

Metodologia

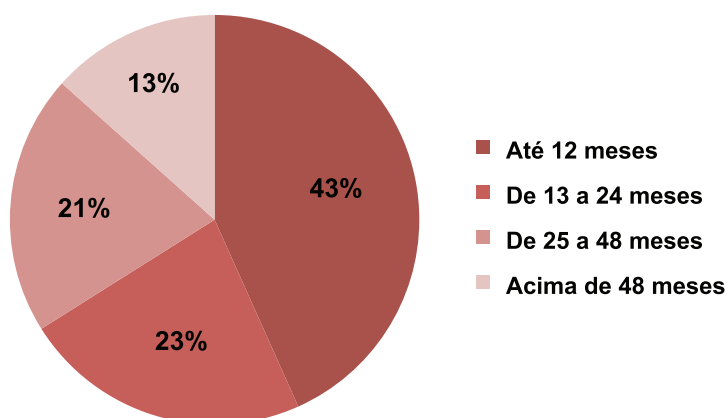
O Cadastro Único é atualizado diariamente pela gestão municipal. Mensalmente, a Caixa Econômica Federal (CAIXA) realiza a extração da base de dados nacional e encaminha à Senarc/MDS, que utiliza os dados para o processamento de diversas demandas de informação, bem como monitora a atualização e a fidedignidade dos dados como um todo. A extração utilizada para esta publicação é de 16 de fevereiro de 2013, e a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família é referente a março de 2013.

No que diz respeito aos filtros aplicados à base nacional para compor o número de famílias, consideraram-se apenas as famílias com estado cadastral como “cadastrada” e as pessoas com o estado cadastral como “Cadastrada” ou “Aguardando NIS (Número de Identificação Social)”. Esse é o filtro padrão para a análise das famílias e das pessoas com a situação informacional regular e completa no Cadastro Único.

Além disso, a fim de que os dados compilados reflitam a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda do país, optou-se por priorizar a análise das famílias e das pessoas que tenham atualizado seu cadastro nos 48 meses anteriores a 16 de fevereiro de 2013. Existem, no Cadastro Único como um todo, cerca de 25,3 milhões de famílias registradas, mas muitas delas estão com dados desatualizados há mais de 48 meses e, por não refletirem mais a realidade, esses cadastros não são utilizados para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas, devendo também ser desconsiderados para fins de análises estatísticas.

Assim, todas as tabelas e gráficos que compõem este documento versam sobre as características das pessoas e famílias com cadastro atualizado nos últimos quatro anos. Dessa forma, foi desconsiderado o equivalente a 13% das famílias e das pessoas cadastradas, sendo analisadas 21,9 milhões de famílias e 71,4 milhões de pessoas.

Gráfico 2 – Percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único, por faixa de número de meses em desatualização.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013.

Como as informações analisadas são características razoavelmente estáveis, relativas às condições de vida das famílias cadastradas, e como 66% dos cadastros estão atualizados há menos de 2 anos, entende-se que as informações coletadas pelo Cadastro Único refletem, com fidedignidade, a atual situação socioeconômica das famílias de baixa renda do país.

Na apresentação dos dados, foram consideradas quatro faixas da renda familiar *per capita*: extrema pobreza (até R\$70,00), pobreza (de R\$70,01 a R\$140,00), de R\$140,01 a meio salário-mínimo (R\$339,00) e famílias com renda familiar *per capita* acima de meio salário-mínimo, mas com renda familiar total abaixo de três salários-mínimos. Pela regulamentação do Cadastro Único (Decreto n. 6.135/2007), entende-se como de baixa renda as famílias com renda familiar mensal *per capita* até meio salário-mínimo ou a família que possua renda mensal total de todos os integrantes de até três salários-mínimos. O cadastro de famílias com rendas maiores é permitido desde que seu cadastramento esteja vinculado à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais de quaisquer entes da Federação.

Os dados sobre as famílias com renda superior a meio salário-mínimo somente serão expostos na seção de apresentação das famílias cadastradas. Em todas as outras seções, foi aplicado o filtro de renda familiar *per capita* menor que meio salário-mínimo, com o objetivo de melhor ilustrar a situação das famílias com renda mais baixa. A exclusão dessas pessoas das análises não acarreta maiores prejuízos, visto que elas compõem apenas 9% dos cadastrados.

As informações aqui contidas foram retiradas dos blocos do Formulário principal do Cadastro Único, na versão vigente (V7). Foram selecionadas as variáveis que informam a localização dos domicílios cadastrados, o perfil de renda, a situação dos domicílios (condições de moradia) e, por fim, o acesso a serviços e bens públicos (água canalizada, coleta de lixo, dentre outros).

A seleção de variáveis segue uma avaliação prévia da qualidade de preenchimento de cada uma delas, sendo

considerada com razoável qualidade a variável que apresenta valores válidos e não nulos para a grande maioria das famílias. Não foram analisadas as informações referentes à espécie do domicílio (particular permanente, particular improvisado ou coletivo), ao material do piso do domicílio, à existência de banheiro no domicílio e de calçamento em frente ao domicílio. Essa decisão foi tomada porque estas variáveis não existiam na versão anterior do Formulário do Cadastro Único, e sua consolidação com os registros incluídos ou atualizados na versão atual do Formulário imprime um viés na distribuição destas variáveis.

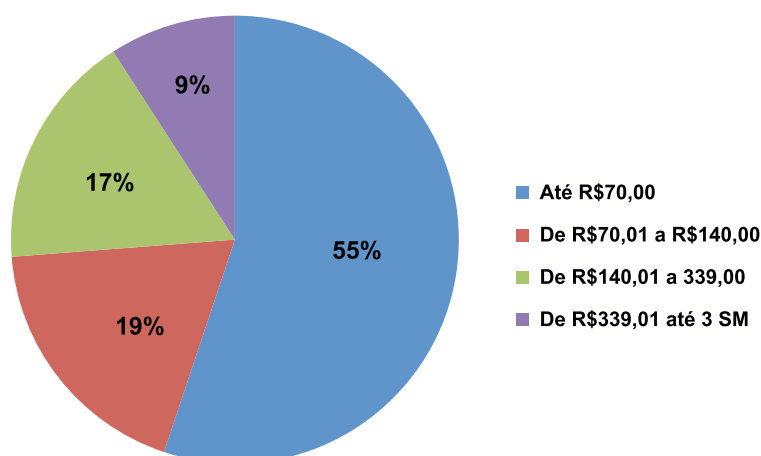
Exceto na seção de apresentação, todas as tabelas estão divididas entre famílias cadastradas e famílias beneficiárias do PBF. As famílias beneficiárias são um subgrupo das famílias cadastradas. É possível notar famílias em situação de extrema pobreza que não são beneficiárias do Programa. Isso decorre de dois fatores: primeiro, apesar de o fluxo de entrada no Bolsa Família ser relativamente rápido, há sempre novas famílias sendo cadastradas ou entrando em situação de pobreza, enquanto outras deixam esta situação. Esta dinâmica, portanto, faz com que sempre haja um número de famílias que estejam para ingressar no PBF. Segundo, há famílias em extrema pobreza que estão com cadastros desatualizados há mais de dois anos e que, portanto, não podem ingressar no Bolsa Família.

Por outro lado, há famílias com renda superior à linha de pobreza, de R\$140,00. Isso ocorre devido à regra de permanência, que estabelece que uma família beneficiária do PBF pode continuar recebendo o benefício por um período de 2 anos, caso a renda familiar *per capita* mensal aumente até meio salário-mínimo. Essa medida foi adotada porque se diagnosticou grande instabilidade de renda nas famílias mais pobres e tem o objetivo de garantir alguma segurança a essas famílias para que seus integrantes possam buscar a inserção ou a ampliação da sua participação no mundo do trabalho com maior tranquilidade e dignidade.

Apresentação das famílias cadastradas por faixa de renda

O número de famílias no Cadastro Único com registro atualizado pelo menos uma vez nos últimos quatro anos totalizou 21,9 milhões em fevereiro de 2013. Deste total, 12,1 milhões de famílias vivem em extrema pobreza, 4,1 milhões estão em situação de pobreza, e 3,7 milhões possuem renda entre R\$140,00 e meio salário-mínimo. Apenas 2 milhões de famílias cadastradas têm renda *per capita* acima de meio salário-mínimo e renda familiar total abaixo de 3 salários-mínimos. O gráfico 3 apresenta as porcentagens de famílias registradas no Cadastro Único por faixa de renda.

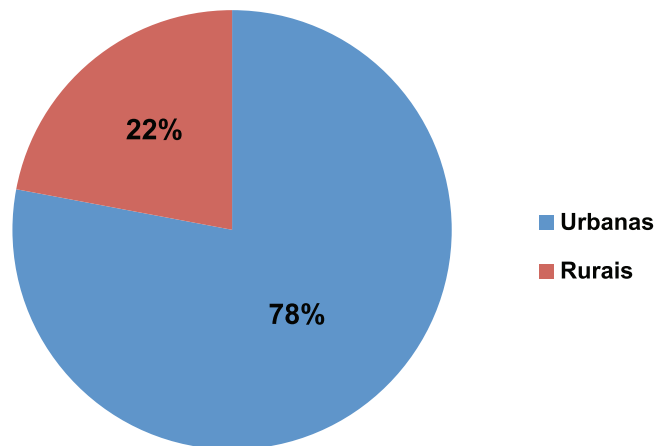
Gráfico 3 – Famílias registradas no Cadastro Único, segundo a renda.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

A maior parte das famílias cadastradas (77,9%) reside em área urbana. Não obstante, há menor proporção de famílias extremamente pobres nessas áreas do que nas áreas rurais. De acordo com o Cadastro Único, enquanto nas áreas urbanas 51% das famílias são extremamente pobres, nas áreas rurais 68% das famílias estão abaixo da linha de extrema pobreza.

Gráfico 4 – Localização do domicílio das famílias cadastradas.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

No que tange aos arranjos familiares, entre os cadastrados predomina o arranjo monoparental feminino (36,1%), seguido por casal com filhos (33,4%). Esse dado é bastante diferente do estimado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011 (PNAD), na qual apenas 16,7% das famílias com o perfil do público-alvo do Cadastro Único têm arranjo monoparental feminino. Nesse sentido, é importante investigar de forma mais detida e cautelosa os arranjos familiares registrados no Cadastro Único em futuras publicações.

Em princípio, as famílias com arranjo monoparental feminino de baixo rendimento monetário são especialmente vulneráveis devido ao fato de que, possivelmente, não exista outra pessoa no domicílio para a divisão das tarefas de cuidado e de manutenção econômica da família. Além disso, é sabido que as mulheres sofrem diversos preconceitos que impõem uma pior inserção no mundo do trabalho. Assim, as políticas públicas voltadas para o público cadastrado devem levar em consideração esse tipo de arranjo familiar, buscando reduzir também esta camada de vulnerabilidade.

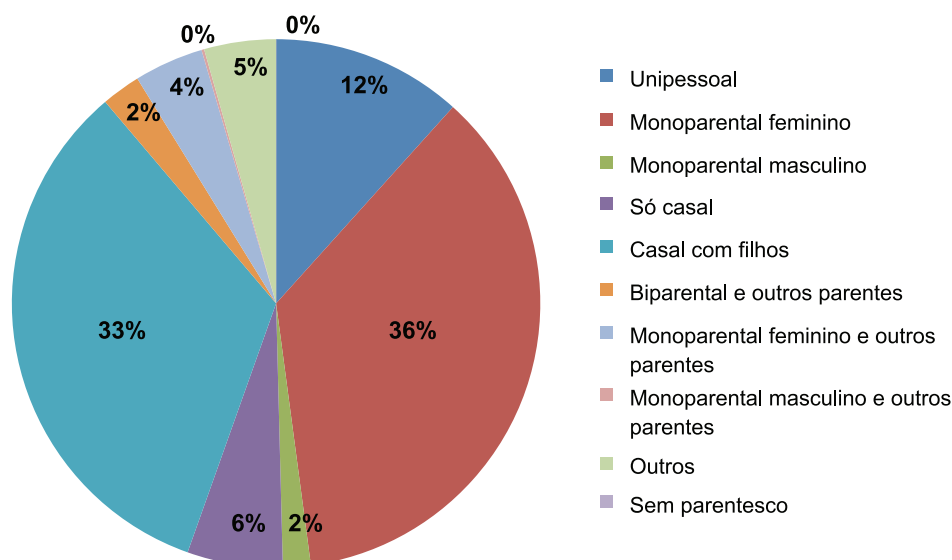
Sem perder de vista a tendência à maior vulnerabilidade dos arranjos monoparentais femininos, algumas evidências de pesquisas qualitativas apontam para um possível impacto do próprio PBF na formação de tais arranjos, na medida em que o benefício financeiro do Programa pode apoiá-las na dissolução de relações mantidas meramente pela dependência econômica⁵.

5 Para resultados de pesquisa que analisam a situação das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, ver: Moreira et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. Rev. Adm. Pública vol.46 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2012.

Suarez, Mireya & Libardoni, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In Vaitsman, Jeni e Paes-Sousa, Rômulo. Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados. Volume 2 – Bolsa Família e Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2007.

Rêgo, Walquíria Domingues Leão & Pinzani, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In Campello, Tereza & Neri, Marcelo. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Ipea. 2013.

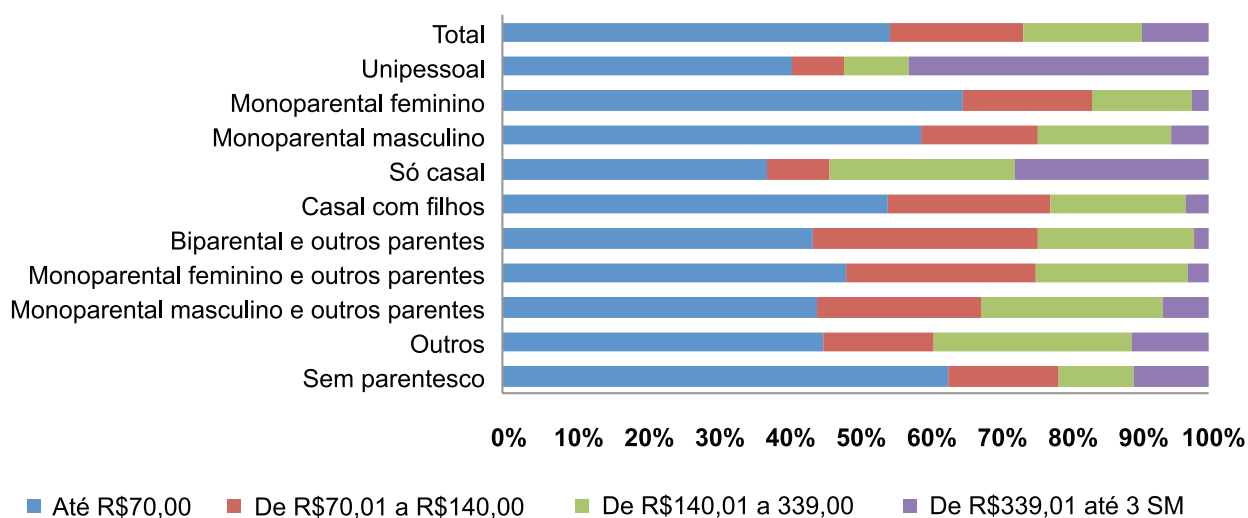
Gráfico 5 – Arranjo familiar das famílias cadastradas.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Verifica-se que entre as famílias monoparentais femininas há predominância da situação de extrema pobreza (65%). Entre as famílias constituídas por casais com filhos, aquelas em situação de extrema pobreza também são maioria (55%).

Gráfico 6 – Arranjo familiar das famílias cadastradas, por faixa de renda familiar *per capita*.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

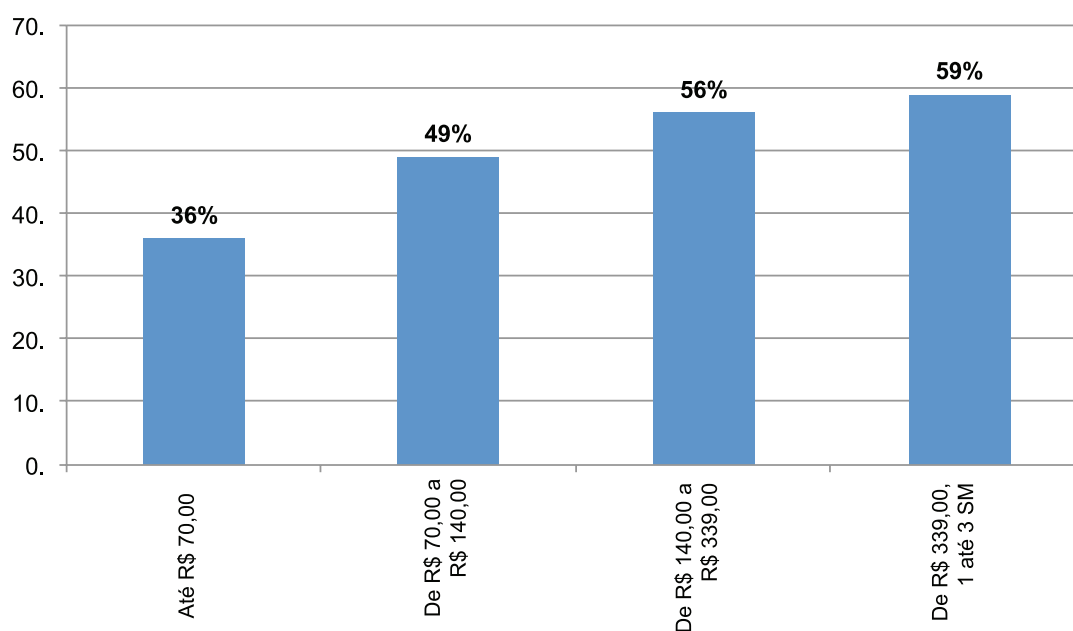
As famílias unipessoais têm um perfil de renda bastante polarizado, pois 42% dessas famílias são compostas por pessoas com renda maior que meio salário-mínimo, e outros 41% são extremamente pobres. No arranjo

familiar “Só casal”, também há um percentual alto de famílias com renda acima de meio salário-mínimo, visto que ambos os cônjuges podem ter um trabalho remunerado.

Além dos arranjos familiares, as condições de vida das famílias, medidas pela oferta de serviços básicos ao domicílio, constituem um determinante bastante forte do bem-estar das famílias. A falta de escoamento sanitário, de acesso à água encanada e à luz apontam para outras carências deste público, sem dúvida, correlacionadas à renda, mas importantes em si.

Assim, um indicador que mede o acesso simultâneo e adequado de abastecimento de água, coleta de lixo, escoamento sanitário e energia elétrica intenta traduzir, sinteticamente, o grau de vulnerabilidade da população cadastrada, no que tange à oferta de serviços básicos ao domicílio. Por este indicador, observa-se que a maior parte das famílias cadastradas (54%) ainda não tem acesso simultâneo e adequado aos serviços supracitados.

Gráfico 7 – Percentagem de famílias com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, por faixa de renda familiar *per capita*.



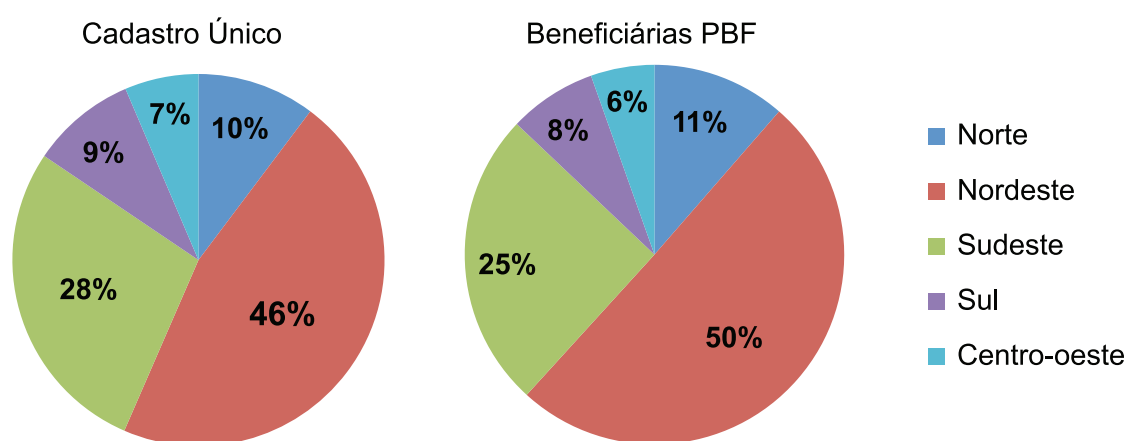
Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Como mostra o gráfico acima, quanto menor a faixa de renda familiar *per capita*, menor o acesso simultâneo e adequado aos serviços básicos mencionados. As famílias com renda *per capita* acima de meio salário-mínimo são aquelas que possuem maior acesso simultâneo aos quatro serviços (59%).

Perfil das famílias cadastradas e das famílias beneficiárias do PBF por região

A distribuição das famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo entre as regiões do País mostra uma concentração importante na região Nordeste, onde residem 46% do total de famílias com esse perfil de renda no Cadastro Único⁶.

Gráfico 8 – Proporção de famílias cadastradas e beneficiárias, por região.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

A região Sudeste, que de acordo com o Censo 2010, abrigava 42% da população brasileira, também agrega uma parcela razoável das famílias de baixa renda. Representa 28% das famílias cadastradas e 25% das famílias beneficiárias. A tabela abaixo mostra essa distribuição por faixa de renda.

⁶ Nessa seção, são contabilizadas apenas as famílias com até ½ (meio) salário-mínimo (R\$ 339,00), totalizando 19,8 milhões de famílias. Como na seção anterior, vale ressaltar que nem todas as variáveis são de preenchimento obrigatório, sendo contabilizadas como “Sem informação”.

Tabela 1 – Faixa de renda familiar *per capita*, por região.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Até R\$70,00	12.046.129	60,7%	1.434.023	70,4%	6.735.326	73,3%	2.576.208	46,5%	741.116	40,9%	559.456	43,9%
	De R\$70,00 a R\$140	4.074.341	20,5%	369.769	18,1%	1.316.201	14,3%	1.513.647	27,3%	512.272	28,2%	362.452	28,5%
	De R\$140,00 a R\$339,00	3.731.811	18,8%	234.229	11,5%	1.131.766	12,3%	1.453.431	26,2%	560.711	30,9%	351.674	27,6%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Até R\$70,00	9.900.574	72,4%	1.217.824	78,1%	5.654.545	82,2%	2.059.688	59,5%	552.719	54,0%	415.798	56,1%
	De R\$70,00 a R\$140	2.799.376	20,5%	262.219	16,8%	884.534	12,9%	1.065.440	30,8%	347.436	33,9%	239.747	32,3%
	De R\$140,00 a R\$339,00	965.703	7,1%	78.441	5,0%	342.029	5,0%	334.658	9,7%	124.308	12,1%	86.267	11,6%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

No que diz respeito à renda, é flagrante a diferença entre as regiões Norte e Nordeste e as outras regiões do País. Enquanto, nas primeiras, mais de 70% das famílias cadastradas estão na extrema pobreza, nas outras regiões, esse percentual não chega à metade das famílias cadastradas. Como era de se esperar, a distribuição das famílias beneficiárias do PBF se distingue por haver poucas famílias com renda entre R\$140,00 a R\$339,00, uma vez que a linha de pobreza do Programa é de R\$140,00, admitindo-se famílias com renda até meio salário-mínimo apenas em razão da regra de permanência⁷.

Tabela 2 – Média e desvio-padrão da renda familiar *per capita* antes do PBF, por região.

	TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
CADASTRO ÚNICO	82,11	77,89	65,78	64,71	64,72	67,62	101,58	84,07	112,56	87,79	105,57	83,84
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	59,35	54,16	52,84	47,63	49,53	48,10	71,93	59,01	79,58	61,89	77,55	60,62

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Quando se comparam as médias de renda *per capita* das famílias cadastradas e beneficiárias nas diferentes regiões, é possível perceber as diferenças regionais de forma bastante evidente. Enquanto a renda *per capita* média das famílias cadastradas no Sul é de R\$ 112,56, na região Norte, a renda *per capita* média das famílias cadastradas é de R\$ 65,78. É possível afirmar que a família cadastrada média nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é pobre, enquanto nas regiões Norte e Nordeste, a família cadastrada média é extremamente pobre, de acordo com a linha de R\$ 70,00 *per capita* por mês.

7 Verificar portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010.

As diferenças de renda média nominal entre as regiões já são bastante conhecidas e ocorrem mesmo entre as famílias pobres. Assim, os hiatos de renda em relação às linhas de pobreza e de extrema pobreza parecem ser maiores nas regiões Norte e Nordeste. Esse contraste expressa, em parte, os diferentes níveis de preços e salários entre as regiões. Nesse sentido, ainda que, por um critério comum, as famílias pobres do Sul e Sudeste pareçam estar melhor que as do Norte e Nordeste, elas se deparam com preços e com custo de vida mais elevados, sofrendo faltas iguais ou maiores que as famílias daquelas regiões. O mesmo ocorre entre o meio urbano e o rural.

Tabela 3 – Localização do domicílio, por região – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	Total	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Urbanas	15.315.738	77,1%	1.525.738	74,9%	6.356.516	69,2%	4.844.125	87,4%	1.468.834	81,0%	1.120.525	88,0%
	Rurais	4.524.668	22,8%	512.208	25,1%	2.825.427	30,8%	690.990	12,5%	343.168	18,9%	152.875	12,0%
	Sem informação	11.875	0,1%	75	0,0%	1.350	0,0%	8.171	0,1%	2.097	0,1%	182	0,0%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Total	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Urbanas	10.291.360	75,3%	1.153.263	74,0%	4.684.846	68,1%	2.995.069	86,6%	815.913	79,6%	642.269	86,6%
	Rurais	3.365.708	24,6%	405.178	26,0%	2.195.524	31,9%	458.371	13,2%	207.190	20,2%	99.445	13,4%
	Sem informação	8.585	0,1%	43	0,0%	738	0,0%	6.346	0,2%	1.360	0,1%	98	0,0%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Em todas as regiões, há uma predominância de famílias em localidade urbana, porém há uma importante diferença percentual entre as regiões Norte e Nordeste e as outras. Nas duas regiões, há uma parcela significativa de famílias em localidade rural, em especial na região Nordeste (30,8%). Considerando o total de famílias em área rural no país (4.524.668 famílias), vale destacar que 63% dessas famílias (mais de 2,8 milhões de famílias) encontram-se na região Nordeste. As famílias beneficiárias têm uma distribuição similar ao total do Cadastro.

A seguir, expõem-se os indicadores de infraestrutura das moradias e do meio domiciliar, no que diz respeito ao acesso a serviços básicos de infraestrutura⁸. Em relação ao material das paredes externas dos domicílios das famílias pobres, as características são similares para o Cadastro Único e para as famílias beneficiárias do PBF. Apenas a região Norte tem um percentual maior de parede de madeira emparelhada, seguido por alvenaria/tijolo com revestimento, representando 35,7% e 27,2% dos domicílios, respectivamente.

8 Para uma análise da evolução desses indicadores para o perfil específico dos beneficiários do PBF, consulte o artigo “Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família”, constante da publicação organizada por ocasião da comemoração dos 10 anos do PBF em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20408.

Tabela 4 – Material predominante das paredes externas do domicílio, por região – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Alvenaria/tijolo com revestimento	12.773.425	64,3%	555.227	27,2%	6.152.557	67,0%	4.338.773	78,3%	839.854	46,3%	887.014	69,6%
	Alvenaria/tijolo sem revestimento	2.059.451	10,4%	202.996	10,0%	927.352	10,1%	624.076	11,3%	140.725	7,8%	164.302	12,9%
	Madeira aparelhada	1.556.325	7,8%	727.946	35,7%	36.022	0,4%	74.888	1,4%	623.705	34,4%	93.764	7,4%
	Taipa revestida	441.564	2,2%	31.419	1,5%	386.293	4,2%	17.628	0,3%	2.382	0,1%	3.842	0,3%
	Taipa não revestida	463.116	2,3%	54.109	2,7%	396.478	4,3%	7.009	0,1%	1.877	0,1%	3.643	0,3%
	Madeira aproveitada	250.184	1,3%	107.717	5,3%	20.910	0,2%	20.019	0,4%	85.705	4,7%	15.833	1,2%
	Palha	18.166	0,1%	8.674	0,4%	7.019	0,1%	282	0,0%	118	0,0%	2.073	0,2%
	Outro material	1.726.675	8,7%	272.426	13,4%	1.019.188	11,1%	311.840	5,6%	66.799	3,7%	56.422	4,4%
Sem informação	563.375	2,8%	77.507	3,8%	237.474	2,6%	148.771	2,7%	52.934	2,9%	46.689	3,7%	
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Alvenaria/tijolo com revestimento	8.530.305	62,4%	387.491	24,9%	4.560.932	66,3%	2.647.877	76,5%	440.885	43,0%	493.120	66,5%
	Alvenaria/tijolo sem revestimento	1.577.350	11,5%	163.556	10,5%	742.711	10,8%	460.708	13,3%	96.659	9,4%	113.716	15,3%
	Madeira aparelhada	1.064.300	7,8%	570.833	36,6%	27.837	0,4%	46.197	1,3%	364.062	35,5%	55.371	7,5%
	Taipa revestida	351.662	2,6%	25.005	1,6%	309.959	4,5%	12.770	0,4%	1.409	0,1%	2.519	0,3%
	Taipa não revestida	376.769	2,8%	44.363	2,8%	324.129	4,7%	4.751	0,1%	1.063	0,1%	2.463	0,3%
	Madeira aproveitada	191.583	1,4%	88.608	5,7%	17.223	0,3%	14.975	0,4%	59.857	5,8%	10.920	1,5%
	Palha	15.162	0,1%	7.382	0,5%	5.715	0,1%	216	0,0%	92	0,0%	1.757	0,2%
	Outro material	1.170.725	8,6%	216.050	13,9%	724.709	10,5%	171.699	5,0%	26.943	2,6%	31.324	4,2%
Sem informação	387.797	2,8%	55.196	3,5%	167.893	2,4%	100.593	2,9%	33.493	3,3%	30.622	4,1%	

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013

Para as outras regiões, a maior ocorrência é de alvenaria/tijolo com revestimento, com um percentual maior que 65% para todas exceto para a região Sul (46,3%). Neste último caso, há um percentual significativo de madeira aparelhada como parede (34,4%). Ressalte-se que esse padrão condiz com a cultura local, no caso do Norte do país, em que um percentual substantivo das populações pobres vive à beira de mananciais ou em terras inundadas pelas cheias. Também, na região Sul, existe a tradição de construção de casas em madeira por seu isolamento térmico e pelo baixo custo.

Tabela 5 – Domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo, por região – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Há água canalizada	14.768.519	74,4%	1.126.043	55,3%	6.207.466	67,6%	4.805.854	86,7%	1.568.805	86,5%	1.060.351	83,3%
	Não há água canalizada	4.520.575	22,8%	834.482	40,9%	2.738.527	29,8%	588.701	10,6%	192.274	10,6%	166.591	13,1%
	Sem informação	563.187	2,8%	77.496	3,8%	237.300	2,6%	148.731	2,7%	53.020	2,9%	46.640	3,7%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Há água canalizada	9.897.235	72,4%	842.120	54,0%	4.568.163	66,4%	2.983.022	86,2%	891.221	87,0%	612.709	82,6%
	Não há água canalizada	3.380.741	24,7%	661.179	42,4%	2.145.157	31,2%	376.196	10,9%	99.715	9,7%	98.494	13,3%
	Sem informação	387.677	2,8%	55.185	3,5%	167.788	2,4%	100.568	2,9%	33.527	3,3%	30.609	4,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Em todas as regiões, há uma predominância de domicílios com água canalizada, porém há uma grande diferença entre as regiões Norte e Nordeste e as outras. Na região Norte, há ausência de água canalizada em 40,9% dos domicílios, enquanto no Sul e Sudeste isso ocorre em apenas 10,6% deles. Entre as famílias beneficiárias, a distribuição de domicílios com água encanada é similar a das famílias cadastradas.

Tabela 6 – Forma de abastecimento de água do domicílio, por região demográfica – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Rede geral de distribuição	13.518.574	68,1%	951.360	46,7%	5.775.432	62,9%	4.434.233	80,0%	1.400.778	77,2%	956.771	75,1%
	Poço ou nascente	4.048.798	20,4%	808.159	39,7%	1.936.317	21,1%	776.109	14,0%	327.092	18,0%	201.121	15,8%
	Cisterna	407.475	2,1%	12.860	0,6%	309.142	3,4%	38.108	0,7%	913	0,1%	46.452	3,6%
	Outra forma	1.314.255	6,6%	188.146	9,2%	925.106	10,1%	146.108	2,6%	32.297	1,8%	22.598	1,8%
	Sem informação	563.179	2,8%	77.496	3,8%	237.296	2,6%	148.728	2,7%	53.019	2,9%	46.640	3,7%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Rede geral de distribuição	8.960.313	65,6%	707.810	45,4%	4.228.990	61,5%	2.707.501	78,3%	774.979	75,6%	541.033	72,9%
	Poço ou nascente	2.999.340	21,9%	632.452	40,6%	1.522.583	22,1%	525.184	15,2%	195.537	19,1%	123.584	16,7%
	Cisterna	329.784	2,4%	10.238	0,7%	257.239	3,7%	28.742	0,8%	596	0,1%	32.969	4,4%
	Outra forma	988.543	7,2%	152.799	9,8%	704.511	10,2%	97.792	2,8%	19.824	1,9%	13.617	1,8%
	Sem informação	387.673	2,8%	55.185	3,5%	167.785	2,4%	100.567	2,9%	33.527	3,3%	30.609	4,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Em todas as regiões, a forma de abastecimento mais utilizada é a rede geral de distribuição. As regiões Norte e Nordeste são as que contam com o menor percentual dessa forma de abastecimento, sendo bastante utilizado também o poço ou a nascente, principalmente na região Norte, dadas as suas características socioambientais. Para as famílias beneficiárias do PBF, os valores são similares aos dados de todo o Cadastro Único.

Tabela 7 – Forma de escoamento dos domicílios, por região – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Rede coletora de esgoto ou pluvial	7.746.460	39,0%	195.086	9,6%	2.503.467	27,3%	3.952.798	71,3%	729.791	40,2%	365.318	28,7%
	Fossa séptica	2.987.164	15,0%	429.029	21,1%	1.576.473	17,2%	331.369	6,0%	378.921	20,9%	271.372	21,3%
	Fossa rudimentar	5.637.938	28,4%	894.821	43,9%	2.976.897	32,4%	694.737	12,5%	525.056	28,9%	546.427	42,9%
	Vala a céu aberto	1.195.806	6,0%	215.290	10,6%	697.396	7,6%	212.451	3,8%	54.798	3,0%	15.871	1,2%
	Direto para um rio, lago ou mar	118.543	0,6%	11.292	0,6%	25.787	0,3%	72.679	1,3%	8.395	0,5%	390	0,0%
	Outra forma	232.105	1,2%	53.861	2,6%	116.124	1,3%	42.408	0,8%	13.591	0,7%	6.121	0,5%
	Sem informação	1.934.265	9,7%	238.642	11,7%	1.287.149	14,0%	236.844	4,3%	103.547	5,7%	68.083	5,3%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Rede coletora de esgoto ou pluvial	4.876.281	35,7%	138.233	8,9%	1.763.464	25,6%	2.392.716	69,2%	398.352	38,9%	183.516	24,7%
	Fossa séptica	2.041.516	14,9%	309.130	19,8%	1.158.948	16,8%	215.930	6,2%	205.331	20,0%	152.177	20,5%
	Fossa rudimentar	4.102.635	30,0%	697.183	44,7%	2.289.244	33,3%	465.148	13,4%	306.301	29,9%	344.759	46,5%
	Vala a céu aberto	843.409	6,2%	167.750	10,8%	502.717	7,3%	134.423	3,9%	29.030	2,8%	9.489	1,3%
	Direto para um rio, lago ou mar	87.931	0,6%	9.233	0,6%	20.192	0,3%	52.771	1,5%	5.465	0,5%	270	0,0%
	Outra forma	163.956	1,2%	42.904	2,8%	85.190	1,2%	25.324	0,7%	7.016	0,7%	3.522	0,5%
Sem informação	1.549.925	11,3%	194.051	12,5%	1.061.353	15,4%	173.474	5,0%	72.968	7,1%	48.079	6,5%	

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

A distribuição dos serviços de saneamento básico tem elevada dispersão regional. A forma de escoamento mais utilizada no Sudeste é a rede coletora de esgoto ou pluvial (71,3%). Para a região Sul (40,2%), porém, ainda há um alto percentual de fossa rudimentar e séptica nessa região, 28,9% e 20,9%, respectivamente. Para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a fossa rudimentar é a forma de escoamento mais utilizada entre as famílias de baixa renda, com respectivamente 43,9%, 32,4% e 42,9%. Ressalte-se que a vala a céu aberto ainda é o método de escoamento sanitário em 10,6% dos domicílios de baixa renda da região Norte e de 7,6% dos domicílios na região Nordeste, representando um alto grau de risco de saúde para essas famílias.

Tabela 8 – Destino do lixo do domicílio, por região – número de famílias e percentual.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	É coletado diretamente	13.201.790	66,5%	1.101.964	54,1%	5.237.508	57,0%	4.421.953	79,8%	1.423.874	78,5%	1.016.491	79,8%
	É coletado indiretamente	569.449	2,9%	49.609	2,4%	261.730	2,9%	187.274	3,4%	41.398	2,3%	29.438	2,3%
	É queimado ou enterrado na propriedade	3.802.457	19,2%	602.706	29,6%	2.304.952	25,1%	508.052	9,2%	244.597	13,5%	142.150	11,2%
	É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	786.223	4,0%	57.511	2,8%	655.384	7,1%	58.390	1,1%	7.596	0,4%	7.342	0,6%
	É jogado em rio ou mar	7.826	0,0%	1.198	0,1%	4.558	0,0%	1.759	0,0%	232	0,0%	79	0,0%
	Tem outro destino	921.204	4,6%	147.546	7,2%	481.736	5,2%	217.162	3,9%	43.370	2,4%	31.390	2,5%
	Sem informação	563.332	2,8%	77.487	3,8%	237.425	2,6%	148.696	2,7%	53.032	2,9%	46.692	3,7%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	É coletado diretamente	8.717.356	63,8%	812.440	52,1%	3.818.983	55,5%	2.721.010	78,6%	790.240	77,1%	574.683	77,5%
	É coletado indiretamente	417.091	3,1%	38.458	2,5%	200.270	2,9%	132.809	3,8%	27.279	2,7%	18.275	2,5%
	É queimado ou enterrado na propriedade	2.952.741	21,6%	492.235	31,6%	1.857.221	27,0%	353.263	10,2%	152.815	14,9%	97.207	13,1%
	É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	598.922	4,4%	44.836	2,9%	505.690	7,3%	39.905	1,2%	3.994	0,4%	4.497	0,6%
	É jogado em rio ou mar	6.028	0,0%	935	0,1%	3.575	0,1%	1.304	0,0%	161	0,0%	53	0,0%
	Tem outro destino	585.753	4,3%	114.396	7,3%	327.495	4,8%	110.942	3,2%	16.444	1,6%	16.476	2,2%
	Sem informação	387.762	2,8%	55.184	3,5%	167.874	2,4%	100.553	2,9%	33.530	3,3%	30.621	4,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Em todas as regiões do país, o destino do lixo do domicílio mais representativo é a coleta direta. No entanto, as regiões Norte e Nordeste têm uma proporção expressiva de domicílios que queimam ou enterram o lixo, respectivamente 29,6% e 25,1%. Novamente, seja pelo risco à saúde, contaminação ou queimadas, são práticas indesejáveis, mas ainda muito utilizadas pelas famílias de baixa renda nessas regiões.

Tabela 9 – Forma de iluminação utilizada no domicílio, por região.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	19.852.281	100,0%	2.038.021	100,0%	9.183.293	100,0%	5.543.286	100,0%	1.814.099	100,0%	1.273.582	100,0%
	Elétrica com medidor próprio	15.478.440	78,0%	1.310.836	64,3%	7.569.950	82,4%	4.154.767	75,0%	1.424.727	78,5%	1.018.160	79,9%
	Elétrica com medidor comunitário	1.169.455	5,9%	78.245	3,8%	178.598	1,9%	604.621	10,9%	175.109	9,7%	132.882	10,4%
	Elétrica sem medidor	1.288.798	6,5%	241.337	11,8%	514.230	5,6%	411.044	7,4%	98.846	5,4%	23.341	1,8%
	Óleo, querosene ou gás	320.317	1,6%	99.763	4,9%	184.127	2,0%	20.281	0,4%	8.924	0,5%	7.222	0,6%
	Vela	249.408	1,3%	68.117	3,3%	129.348	1,4%	19.621	0,4%	15.129	0,8%	17.193	1,3%
	Outra forma	782.766	3,9%	162.287	8,0%	369.644	4,0%	184.360	3,3%	38.366	2,1%	28.109	2,2%
	Sem informação	563.097	2,8%	77.436	3,8%	237.396	2,6%	148.592	2,7%	52.998	2,9%	46.675	3,7%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	13.665.653	100,0%	1.558.484	100,0%	6.881.108	100,0%	3.459.786	100,0%	1.024.463	100,0%	741.812	100,0%
	Elétrica com medidor próprio	10.498.237	76,8%	983.685	63,1%	5.657.999	82,2%	2.490.111	72,0%	779.397	76,1%	587.045	79,1%
	Elétrica com medidor comunitário	786.497	5,8%	60.982	3,9%	134.456	2,0%	408.349	11,8%	106.974	10,4%	75.736	10,2%
	Elétrica sem medidor	977.501	7,2%	191.381	12,3%	401.129	5,8%	304.847	8,8%	65.999	6,4%	14.145	1,9%
	Óleo, querosene ou gás	244.297	1,8%	82.694	5,3%	139.258	2,0%	12.973	0,4%	4.867	0,5%	4.505	0,6%
	Vela	186.039	1,4%	53.462	3,4%	98.333	1,4%	13.018	0,4%	9.445	0,9%	11.781	1,6%
	Outra forma	585.470	4,3%	131.145	8,4%	282.096	4,1%	129.986	3,8%	24.265	2,4%	17.978	2,4%
	Sem informação	387.612	2,8%	55.135	3,5%	167.837	2,4%	100.502	2,9%	33.516	3,3%	30.622	4,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Por fim, a forma de iluminação mais utilizada é a elétrica com medidor próprio, sendo que a região Nordeste é a que conta com a maior incidência (82,4%). Isso é bastante surpreendente e mostra o excelente trabalho que tem sido feito nessa região para se levar luz elétrica barata por meio dos programas governamentais como o “Luz para Todos” e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Na região Norte, 16,2% ainda utilizam óleo, querosene ou gás, vela ou outra forma de energia. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, há um percentual de cerca de 10% de famílias que utiliza medidor comunitário.

Tabela 10 – Famílias com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, por região e tipo de localidade.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	Total	8248367	41,6%	330734	16,2%	2841679	30,9%	3624952	65,5%	922036	50,9%	528966	41,5%
	Urbanas	7989310	52,2%	322557	21,1%	2699479	42,5%	3549407	73,3%	895776	61,0%	522091	46,6%
	Rurais	259057	5,7%	8177	1,6%	142200	5,0%	75545	10,9%	26260	7,7%	6875	4,5%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Total	5210044	38,1%	231452	14,9%	2007576	29,2%	2193016	63,5%	503596	49,2%	274404	37,0%
	Urbanas	5034815	48,9%	225390	19,5%	1903274	40,6%	2146104	71,7%	489303	60,0%	270744	42,2%
	Rurais	175229	5,2%	6062	1,5%	104302	4,8%	46912	10,2%	14293	6,9%	3660	3,7%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

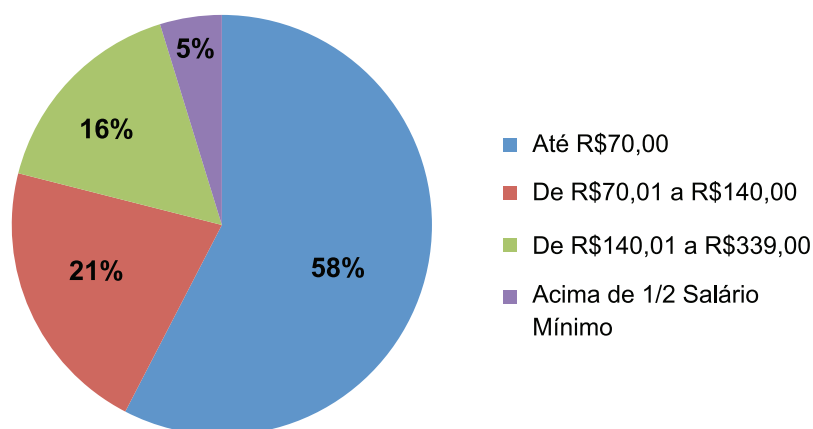
Quando considerado o acesso simultâneo ao abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica, padrão de acesso considerado ideal, nota-se que há diferenças regionais e por localidade rural e urbana bastante relevantes. Os domicílios localizados em áreas rurais têm menor proporção de domicílios com acesso aos quatro serviços básicos simultaneamente (5,7%), se comparados aos domicílios localizados em áreas urbanas (52,2%). A região Norte é a que possui menor proporção de famílias com acesso simultâneo aos quatro serviços (16,2%). Mesmo nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso aos quatro serviços é pequena (21,1%). A região Sudeste é a que possui maior número de domicílios com acesso aos quatro serviços básicos simultaneamente (65,5%), principalmente quando se consideram as áreas urbanas (73,3%). As famílias beneficiárias têm um percentual um pouco inferior para todas as regiões e tipos de localidade, em relação a todas as famílias do Cadastro Único.

Em suma, quando analisados individualmente, os indicadores de infraestrutura domiciliar apontam para uma já ampla cobertura dos serviços básicos aos domicílios das famílias pobres, com diferenças regionais importantes e alguns casos isolados de precariedade. No entanto, o indicador sintético é mais rigoroso, pois mostra que boa parte das famílias ainda não acessa um ou outro desses serviços, ainda que algumas políticas de infraestrutura básica já estejam presentes no cotidiano dessas famílias. Portanto, o indicador dá uma noção mais exata sobre o bem-estar proporcionado conjuntamente por estes serviços à população.

Pessoas cadastradas e pessoas beneficiárias do PBF por região e renda familiar *per capita*

O número de pessoas no Cadastro Único com registro atualizado pelo menos uma vez nos últimos quatro anos totalizou 71,1 milhões em fevereiro de 2013. Deste total, 40,9 milhões vivem em extrema pobreza, 15,2 milhões estão em situação de pobreza, e 11,6 milhões com faixa de renda *per capita* entre R\$140,01 e meio salário-mínimo. Apenas 3,4 milhões de famílias cadastradas têm renda acima de meio salário-mínimo⁹.

Gráfico 9 – Pessoas registradas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar *per capita*.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

O gráfico 10 indica que as pessoas com renda acima de meio salário-mínimo correspondem apenas a 5% dos cadastrados, o que mostra que o Cadastro Único está bem focalizado nas pessoas com renda mais baixa. As pessoas inseridas em famílias em situação de extrema pobreza são maioria, compondo 58% dos cadastrados. Para as análises a seguir, serão consideradas apenas as pessoas em famílias com renda abaixo de meio salário-mínimo *per capita*, com o objetivo de melhor ilustrar a situação das pessoas de baixa renda.

⁹ Vale ressaltar que dentre as variáveis aqui analisadas nem todas são de preenchimento obrigatório, portanto as pessoas que não preencheram o campo estão sendo contabilizadas nas tabelas como “Sem informação”.

Tabela 11 – Raça/cor das pessoas cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar *per capita* – número de pessoas e percentual.

		TOTAL		ATÉ R\$70,00		DE R\$70,01 A R\$140,00		DE R\$140,01 A R\$339,00	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	67.700.443	100,0%	40.944.962	100,0%	15.183.484	100,0%	11.571.997	100,0%
	Branca	18.649.889	27,5%	9.175.802	22,4%	5.085.347	33,5%	4.388.740	37,9%
	Preta	4.702.285	6,9%	2.835.076	6,9%	1.057.536	7,0%	809.673	7,0%
	Amarela	255.665	0,4%	157.845	0,4%	52.972	0,3%	44.848	0,4%
	Parda	43.230.453	63,9%	28.223.157	68,9%	8.814.045	58,1%	6.193.251	53,5%
	Indígena	440.221	0,7%	358.718	0,9%	51.531	0,3%	29.972	0,3%
	Sem informação	421.930	0,6%	194.364	0,5%	122.053	0,8%	105.513	0,9%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	49.637.552	100,0%	35.266.328	100,0%	11.015.144	100,0%	3.356.080	100,0%
	Branca	12.307.884	24,8%	7.596.467	21,5%	3.603.208	32,7%	1.108.209	33,0%
	Preta	3.462.587	7,0%	2.448.328	6,9%	770.160	7,0%	244.099	7,3%
	Amarela	180.199	0,4%	130.594	0,4%	38.028	0,3%	11.577	0,3%
	Parda	33.101.546	66,7%	24.627.855	69,8%	6.504.849	59,1%	1.968.842	58,7%
	Indígena	380.063	0,8%	326.874	0,9%	40.992	0,4%	12.197	0,4%
	Sem informação	205.273	0,4%	136.210	0,4%	57.907	0,5%	11.156	0,3%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

A maioria das pessoas se declarou de cor/raça parda (63,9%), seguido por branca (27,5%). Considerando-se negros os que se declaram pretos ou pardos, tem-se que 70,8% das pessoas cadastradas e 73,7% daquelas beneficiárias do PBF seriam assim caracterizadas, mostrando, como é sabido, que a face da pobreza brasileira tem cor. Na faixa de extrema pobreza (até R\$70,00), há uma proporção maior de pardos e uma proporção menor de brancos se comparada ao total de cadastrados, o que indica que quanto mais baixa a renda, maior a proporção de pessoas pardas e menor a proporção de pessoas brancas. Esse padrão é semelhante entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Tabela 12 – Raça/cor das pessoas em famílias com renda familiar per capita até meio salário-mínimo, por região – número de pessoas e percentual.

		BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	67.700.443	100,0%	7.657.169	100,0%	30.391.299	100,0%	19.113.417	100,0%	6.189.938	100,0%	4.348.620	100,0%
	Branca	18.649.889	27,5%	697.419	9,1%	4.842.619	15,9%	7.394.774	38,7%	4.594.407	74,2%	1.120.670	25,8%
	Preta	4.702.285	6,9%	279.763	3,7%	2.020.142	6,6%	1.829.920	9,6%	330.872	5,3%	241.588	5,6%
	Amarela	255.665	0,4%	25.756	0,3%	128.585	0,4%	62.645	0,3%	11.306	0,2%	27.373	0,6%
	Parda	43.230.453	63,9%	6.451.784	84,3%	23.143.464	76,2%	9.631.272	50,4%	1.155.485	18,7%	2.848.448	65,5%
	Indígena	440.221	0,7%	175.734	2,3%	111.850	0,4%	27.616	0,1%	39.173	0,6%	85.848	2,0%
	Sem informação	421.930	0,6%	26.713	0,3%	144.639	0,5%	167.190	0,9%	58.695	0,9%	24.693	0,6%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	49.637.552	100,0%	6.212.682	100,0%	24.340.362	100,0%	12.576.330	100,0%	3.761.440	100,0%	2.746.738	100,0%
	Branca	12.307.884	24,8%	528.239	8,5%	3.757.030	15,4%	4.594.799	36,5%	2.761.256	73,4%	666.560	24,3%
	Preta	3.462.587	7,0%	222.662	3,6%	1.618.834	6,7%	1.251.136	9,9%	217.437	5,8%	152.518	5,6%
	Amarela	180.199	0,4%	19.267	0,3%	97.355	0,4%	40.183	0,3%	6.511	0,2%	16.883	0,6%
	Parda	33.101.546	66,7%	5.269.746	84,8%	18.685.286	76,8%	6.597.204	52,5%	721.822	19,2%	1.827.488	66,5%
	Indígena	380.063	0,8%	156.262	2,5%	96.613	0,4%	21.021	0,2%	32.530	0,9%	73.637	2,7%
	Sem informação	205.273	0,4%	16.506	0,3%	85.244	0,4%	71.987	0,6%	21.884	0,6%	9.652	0,4%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Se cruzar as informações sobre raça com as de região geográfica, nota-se que há diferenças regionais importantes. Na região Sul, 74,2% das pessoas se declaram brancas. Na região Sudeste, apesar de a maioria ter se declarado parda (50,4%), um alto percentual se declarou branca (38,7%). Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste há maior proporção de pardos do que a média do Cadastro (84,3% e 76,2% das pessoas, respectivamente). A região Norte é a única que possui uma parcela significativa de pessoas indígenas (2,3%), o que ocorre pelo alto número de famílias indígenas nessa região, como será visto na próxima seção.

Tabela 13 – Idade das pessoas cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar per capita – número de pessoas e percentual.

		TOTAL		ATÉ R\$70,00		DE R\$70,01 A R\$140,00		DE R\$140,01 A R\$339,00	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	67.700.443	100,0%	40.944.962	100,0%	15.183.484	100,0%	11.571.997	100,0%
	Ate 6 anos	9.413.935	13,9%	6.531.853	16,0%	1.868.944	12,3%	1.013.138	8,8%
	De 7 a 15 anos	16.997.544	25,1%	10.823.865	26,4%	3.943.483	26,0%	2.230.196	19,3%
	De 16 a 17 anos	3.719.829	5,5%	2.207.271	5,4%	922.247	6,1%	590.311	5,1%
	De 18 a 24 anos	8.885.871	13,1%	5.316.867	13,0%	2.054.984	13,5%	1.514.020	13,1%
	De 25 a 34 anos	9.920.461	14,7%	6.137.585	15,0%	2.098.842	13,8%	1.684.034	14,6%
	De 35 a 44 anos	8.612.575	12,7%	4.902.048	12,0%	2.100.626	13,8%	1.609.901	13,9%
	De 45 a 54 anos	5.885.376	8,7%	3.284.534	8,0%	1.323.666	8,7%	1.277.176	11,0%
	De 55 a 64 anos	3.047.873	4,5%	1.475.941	3,6%	618.776	4,1%	953.156	8,2%
	65 anos ou mais	1.216.963	1,8%	264.987	0,6%	251.914	1,7%	700.062	6,0%
	Sem informação	16	0,0%	11	0,0%	2	0,0%	3	0,0%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	49.637.552	100,0%	35.266.328	100,0%	11.015.144	100,0%	3.356.080	100,0%
	Ate 6 anos	7.490.434	15,1%	5.654.958	16,0%	1.502.623	13,6%	332.853	9,9%
	De 7 a 15 anos	13.910.949	28,0%	9.813.736	27,8%	3.218.340	29,2%	878.873	26,2%
	De 16 a 17 anos	2.843.722	5,7%	1.944.754	5,5%	703.052	6,4%	195.916	5,8%
	De 18 a 24 anos	5.871.719	11,8%	4.247.256	12,0%	1.248.412	11,3%	376.051	11,2%
	De 25 a 34 anos	7.163.189	14,4%	5.209.065	14,8%	1.497.657	13,6%	456.467	13,6%
	De 35 a 44 anos	6.289.198	12,7%	4.272.124	12,1%	1.538.085	14,0%	478.989	14,3%
	De 45 a 54 anos	3.944.285	7,9%	2.776.294	7,9%	842.155	7,6%	325.836	9,7%
	De 55 a 64 anos	1.740.245	3,5%	1.179.256	3,3%	343.992	3,1%	216.997	6,5%
	65 anos ou mais	383.804	0,8%	168.878	0,5%	120.828	1,1%	94.098	2,8%
	Sem informação	7	0,0%	7	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

A maior parte dos cadastrados e dos beneficiários são crianças de 7 a 15 anos. A diferença na distribuição etária das pessoas, se levadas em conta as diferentes faixas de renda, é pequena, sendo possível notar uma parcela maior de crianças de até 6 anos na faixa de extrema pobreza e uma parcela menor de pessoas com mais de 65 anos nessa faixa, o que pode indicar que a presença de crianças aumenta a vulnerabilidade das famílias, enquanto a presença de idosos, apesar da necessidade de cuidado, reduz essa vulnerabilidade, em função da alta cobertura da seguridade social no Brasil. Assim, os idosos são minoria no Cadastro em decorrência do fato de as políticas voltadas para a garantia de renda das pessoas mais velhas, em especial o Benefício de Prestação Continuada e a aposentadoria rural que alcançam um público mais vulnerável, já estarem bem consolidadas.

Tabela 14 – Grau de instrução das pessoas de baixa renda e beneficiárias acima de 25 anos, por região – número de pessoas e percentual.

		BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	TOTAL	28.683.248	100,0%	2.797.670	100,0%	13.346.175	100,0%	8.081.345	100,0%	2.661.975	100,0%	1.796.083	100,0%
	Sem instrução	4.374.657	15,3%	419.431	15,0%	2.713.957	20,3%	777.626	9,6%	247.399	9,3%	216.244	12,0%
	Fundamental incompleto	14.706.417	51,3%	1.421.281	50,8%	6.446.112	48,3%	4.331.709	53,6%	1.586.425	59,6%	920.890	51,3%
	Fundamental completo	2.336.803	8,1%	216.798	7,7%	898.160	6,7%	786.896	9,7%	276.587	10,4%	158.362	8,8%
	Médio incompleto	1.734.082	6,0%	187.762	6,7%	737.428	5,5%	529.259	6,5%	150.871	5,7%	128.762	7,2%
	Médio completo	2.999.737	10,5%	286.278	10,2%	1.431.391	10,7%	871.749	10,8%	194.121	7,3%	216.198	12,0%
	Superior incomp. ou mais	179.512	0,6%	17.245	0,6%	67.281	0,5%	56.200	0,7%	18.882	0,7%	19.904	1,1%
	Sem informação	2.352.040	8,2%	248.875	8,9%	1.051.846	7,9%	727.906	9,0%	187.690	7,1%	135.723	7,6%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	TOTAL	19.520.721	100,0%	2.151.584	100,0%	10.070.136	100,0%	4.817.876	100,0%	1.455.511	100,0%	1.025.614	100,0%
	Sem instrução	3.020.629	15,5%	313.760	14,6%	2.042.801	20,3%	425.343	8,8%	124.302	8,5%	114.423	11,2%
	Fundamental incompleto	10.443.102	53,5%	1.140.991	53,0%	5.133.263	51,0%	2.687.867	55,8%	920.345	63,2%	560.636	54,7%
	Fundamental completo	1.591.265	8,2%	169.330	7,9%	684.985	6,8%	488.590	10,1%	154.783	10,6%	93.577	9,1%
	Médio incompleto	1.192.129	6,1%	145.377	6,8%	550.607	5,5%	336.055	7,0%	83.874	5,8%	76.216	7,4%
	Médio completo	1.996.448	10,2%	214.811	10,0%	1.023.721	10,2%	536.217	11,1%	100.392	6,9%	121.307	11,8%
	Superior incomp. ou mais	73.435	0,4%	8.859	0,4%	29.799	0,3%	21.297	0,4%	6.237	0,4%	7.243	0,7%
	Sem informação	1.203.713	6,2%	158.456	7,4%	604.960	6,0%	322.507	6,7%	65.578	4,5%	52.212	5,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Considerando as pessoas com mais de 25 anos cadastradas em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, a maioria tem apenas o ensino fundamental incompleto (51,3%). Esse dado é flagrante, pois mostra que, mesmo diante dos grandes avanços da educação básica brasileira nos últimos anos, essas famílias ainda carregam um passivo de adultos muito pouco escolarizados, com potenciais dificuldades para exercer a sua cidadania. Há também 15,3% de pessoas sem instrução, sendo que esse percentual é abaixo de 10% nas regiões Sul e Sudeste, enquanto, na região Nordeste, o percentual é de 20,3% de pessoas nessa condição. A região Centro-Oeste é a que encontra percentuais maiores nos graus de instrução mais altos (médio e superior).

Famílias e pessoas de grupos tradicionais e populacionais específicos

O Cadastro Único identifica Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos, sendo possível traçar o perfil socioeconômico dessas famílias. Sabe-se que a situação de vulnerabilidade desses grupos é de dimensões profundas, na medida em que se sobrepõem diversas camadas de exclusão, inclusive pelo preconceito institucional histórico do próprio estado brasileiro. Assim, sem acesso a muitas das políticas públicas universais, bem como alijados da riqueza social pelo isolamento e preconceito, essas populações necessitam de ações de diversas naturezas, entre elas, a transferência monetária, para que possam exercer plenamente seus direitos.

Os povos indígenas e quilombolas tiveram precedência em sua inclusão no Cadastro Único por haverem conquistado, há mais tempo, o acesso prioritário ao Programa Bolsa Família. Nesse sentido, esses dois grupos têm um número importante de famílias cadastradas. Indígenas e quilombolas são passíveis de identificação no Cadastro Único, desde o biênio 2005/2006, enquanto os demais grupos começaram a ser identificados em 2011.

Tabela 15 – Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por faixa de renda familiar *per capita*.

		TOTAL		ATÉ R\$70,00		DE R\$70,01 A R\$140,00		DE R\$140,01 A R\$339,00	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	103.980	100,0%	84.055	80,8%	11.509	11,1%	8.416	8,1%
	Família Quilombola	74.367	100,0%	59.974	80,6%	7.604	10,2%	6.789	9,1%
	Família Cigana	1.245	100,0%	1.011	81,2%	151	12,1%	83	6,7%
	Família Extrativista	8.769	100,0%	7.442	84,9%	714	8,1%	613	7,0%
	Família de Pescadores Artesanais	30.163	100,0%	23.835	79,0%	4.274	14,2%	2.054	6,8%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	562	100,0%	350	62,3%	106	18,9%	106	18,9%
	Família Ribeirinha	12.362	100,0%	10.758	87,0%	996	8,1%	608	4,9%
	Família de Agricultores Familiares	248.295	100,0%	202.720	81,6%	24.418	9,8%	21.157	8,5%
	Família Assentada	26.979	100,0%	19.324	71,6%	4.471	16,6%	3.184	11,8%
	Família beneficiária do PNCF	932	100,0%	599	64,3%	166	17,8%	167	17,9%
	Família Acampada	2.656	100,0%	1.918	72,2%	371	14,0%	367	13,8%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.118	100,0%	611	54,7%	227	20,3%	280	25,0%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	3.196	100,0%	1.755	54,9%	753	23,6%	688	21,5%
	Família de Catadores de Material Reciclável	19.203	100,0%	12.175	63,4%	3.923	20,4%	3.105	16,2%
	Família em Situação de Rua	11.558	100,0%	10.649	92,1%	424	3,7%	485	4,2%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	85.324	100,0%	74.008	86,7%	8.380	9,8%	2.936	3,4%
	Família Quilombola	63.924	100,0%	55.556	86,9%	5.800	9,1%	2.568	4,0%
	Família Cigana	916	100,0%	778	84,9%	114	12,4%	24	2,6%
	Família Extrativista	7.589	100,0%	6.595	86,9%	587	7,7%	407	5,4%
	Família de Pescadores Artesanais	26.314	100,0%	21.584	82,0%	3.606	13,7%	1.124	4,3%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	402	100,0%	285	70,9%	80	19,9%	37	9,2%
	Família Ribeirinha	9.840	100,0%	8.701	88,4%	795	8,1%	344	3,5%
	Família de Agricultores Familiares	206.230	100,0%	177.328	86,0%	19.328	9,4%	9.574	4,6%
	Família Assentada	22.233	100,0%	17.096	76,9%	3.590	16,1%	1.547	7,0%
	Família beneficiária do PNCF	735	100,0%	550	74,8%	119	16,2%	66	9,0%
	Família Acampada	1.869	100,0%	1.495	80,0%	249	13,3%	125	6,7%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	758	100,0%	519	68,5%	154	20,3%	85	11,2%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	2.373	100,0%	1.494	63,0%	593	25,0%	286	12,1%
	Família de Catadores de Material Reciclável	14.997	100,0%	10.926	72,9%	3.009	20,1%	1.062	7,1%
	Família em Situação de Rua	8.521	100,0%	8.400	98,6%	68	0,8%	53	0,6%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Com base na tabela acima, é possível perceber que a maioria das famílias dos grupos tradicionais e específicos encontra-se na faixa de extrema pobreza. As únicas famílias desses grupos com proporção de extremamente pobres menor que a média são as famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura e de presos do sistema carcerário, com 54,7% e 54,9%, respectivamente. Isso demonstra que, na sua maioria, as famílias de grupos tradicionais e específicos são especialmente vulneráveis.

Tabela 16 – Famílias de Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos cadastradas e beneficiárias, por região.

		TOTAL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	103.980	100,0%	39.386	37,9%	29.406	28,3%	5.711	5,5%	9.676	9,3%	19.801	19,0%
	Família Quilombola	74.367	100,0%	9.842	13,2%	50.870	68,4%	7.842	10,5%	2.711	3,6%	3.102	4,2%
	Família Cigana	1.245	100,0%	22	1,8%	752	60,4%	244	19,6%	52	4,2%	175	14,1%
	Família Extrativista	8.769	100,0%	6.908	78,8%	1.659	18,9%	97	1,1%	57	0,7%	48	0,5%
	Família de Pescadores Artesanais	30.163	100,0%	12.581	41,7%	15.140	50,2%	902	3,0%	1.357	4,5%	183	0,6%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	562	100,0%	66	11,7%	303	53,9%	76	13,5%	10	1,8%	107	19,0%
	Família Ribeirinha	12.362	100,0%	9.684	78,3%	1.811	14,6%	72	0,6%	454	3,7%	341	2,8%
	Família de Agricultores Familiares	248.295	100,0%	20.072	8,1%		82,7%	8.823	3,6%	12.679	5,1%	1.270	0,5%
	Família Assentada	26.979	100,0%	3.648	13,5%	10.030	37,2%	2.425	9,0%	4.357	16,1%	6.519	24,2%
	Família beneficiária do PNCF	932	100,0%	59	6,3%	494	53,0%	112	12,0%	175	18,8%	92	9,9%
	Família Acampada	2.656	100,0%	261	9,8%	494	18,6%	532	20,0%	804	30,3%	565	21,3%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.118	100,0%	80	7,2%	317	28,4%	104	9,3%	568	50,8%	49	4,4%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	3.196	100,0%	140	4,4%	639	20,0%	1.527	47,8%	691	21,6%	199	6,2%
	Família de Catadores de Material Reciclável	19.203	100,0%	784	4,1%	4.716	24,6%	7.655	39,9%	4.107	21,4%	1.941	10,1%
	Família em Situação de Rua	11.558	100%	68	0,6%	1.138	9,8%	8.099	70,1%	2.084	18,0%	169	1,5%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	85.324	100,0%	33.655	39,4%	23.909	28,0%	3.963	4,6%	7.578	8,9%	16.219	19,0%
	Família Quilombola	63.924	100,0%	8.569	13,4%	44.636	69,8%	6.286	9,8%	1.959	3,1%	2.474	3,9%
	Família Cigana	916	100,0%	20	2,2%	557	60,8%	178	19,4%	35	3,8%	126	13,8%
	Família Extrativista	7.589	100,0%	6.042	79,6%	1.397	18,4%	66	0,9%	43	,6%	41	0,5%
	Família de Pescadores Artesanais	26.314	100,0%	11.422	43,4%	13.059	49,6%	701	2,7%	985	3,7%	147	0,6%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	402	100,0%	62	15,4%	198	49,3%	56	13,9%	6	1,5%	80	19,9%
	Família Ribeirinha	9.840	100,0%	7.804	79,3%	1.410	14,3%	46	0,5%	289	2,9%	291	3,0%
	Família de Agricultores Familiares	206.230	100,0%	17.543	8,5%		83,3%	7.133	3,5%	8.885	4,3%	977	,5%
	Família Assentada	22.233	100,0%	3.129	14,1%	8.628	38,8%	1.887	8,5%	3.377	15,2%	5.212	23,4%
	Família beneficiária do PNCF	735	100,0%	46	6,3%	438	59,6%	82	11,2%	119	16,2%	50	6,8%
	Família Acampada	1.869	100,0%	215	11,5%	364	19,5%	329	17,6%	576	30,8%	385	20,6%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	758	100,0%	56	7,4%	239	31,5%	79	10,4%	350	46,2%	34	4,5%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	2.373	100,0%	108	4,6%	494	20,8%	1.133	47,7%	505	21,3%	133	5,6%
	Família de Catadores de Material Reciclável	14.997	100,0%	670	4,5%	4.074	27,2%	5.911	39,4%	3.105	20,7%	1.237	8,2%
	Família em Situação de Rua	8.521	100,0%	41	0,5%	721	8,5%	6.312	74,1%	1.353	15,9%	94	1,1%

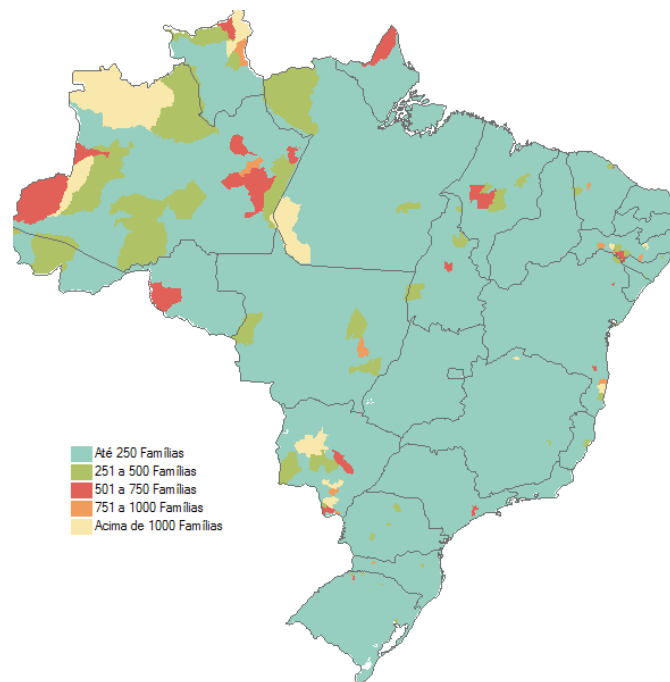
Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Os Grupos Tradicionais e Populacionais Específicos distribuem-se de forma diferente nas regiões geográficas. Na região Norte, concentram-se as famílias indígenas e extrativistas, com 37,9% e 78,8% das famílias, respectivamente. Como esperado, as famílias extrativistas estão concentradas quase que exclusivamente nas regiões Norte e Nordeste (78,8% e 18,9% respectivamente), enquanto a distribuição das famílias indígenas é mais concentrada entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (37,9%, 28,3% e 19%, respectivamente). Na região Nordeste, entre as famílias que compõem estes grupos a concentração está nas famílias quilombolas (68,4%), ciganas (60,4%), de pescadores artesanais

(50,2%), pertencentes à comunidade de terreiro (53,9%), de agricultores familiares (82,7%) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (53%).

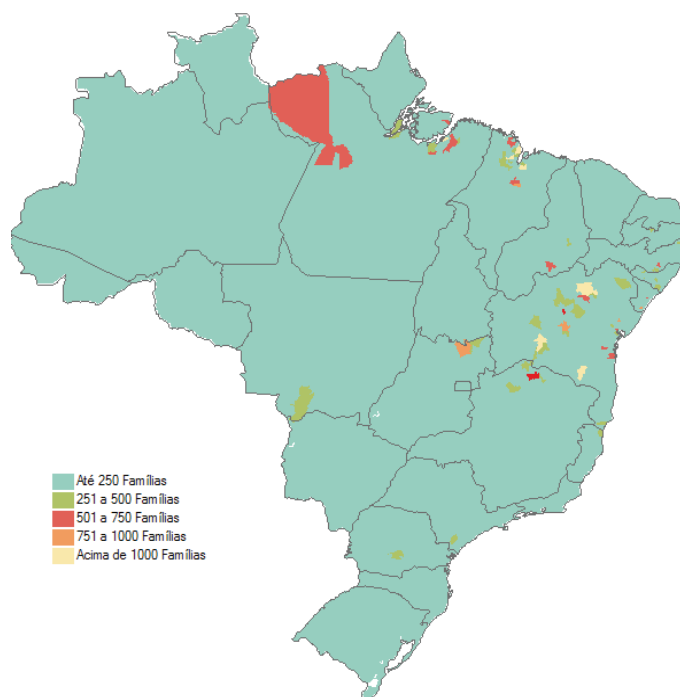
Na região Sudeste, predominam as famílias de preso do sistema carcerário. Além disso, por serem fenômenos urbanos, o Sudeste também tem um percentual maior de famílias de catadores de material reciclável e de pessoas/famílias em situação de rua, com 47,8%, 39,9% e 70,1% respectivamente. Na região Sul, famílias acampadas e atingidas por empreendimentos de infraestrutura apresentam a porcentagem de 30,3% e 50,8%, respectivamente. Por fim, na região Centro-Oeste, é notável a maior presença de famílias assentadas da reforma agrária (24,2%), ainda que a maioria dessas famílias esteja no Nordeste.

Mapa 1 – Famílias indígenas por municípios.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

As famílias indígenas estão localizadas principalmente em municípios dos Estados do Amazonas, Roraima, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. O Município com maior concentração de famílias indígenas é São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, com o total de 5.593 famílias. Outras cidades com mais de mil famílias indígenas são: 1) no Estado do Amazonas: Benjamin Constant (1.246), São Paulo de Olivença (1.709), Tabatinga (2.257), Santa Isabel do Rio Negro (1.465); 2) no Estado de Roraima: Boa Vista (1.435), Normandia (1.144), Uiramutã (1.352); 3) no Estado do Pará: Jacareacanga (1.577), 4) no Estado da Paraíba: Baía da Traição (1.343), Marcação (1.555); 5) no Estado de Pernambuco: Carnaubeiras da Penha (1.030), Pesqueira (1.358); 6) no Estado da Bahia: Porto Seguro (1.216), 7) no Estado de Minas Gerais: São João das Missões (1.635); e 8) no Estado de Mato Grosso do Sul: Amambai (1.517), Aquidauana (1.267), Dourados (2.976), Miranda (1.361).

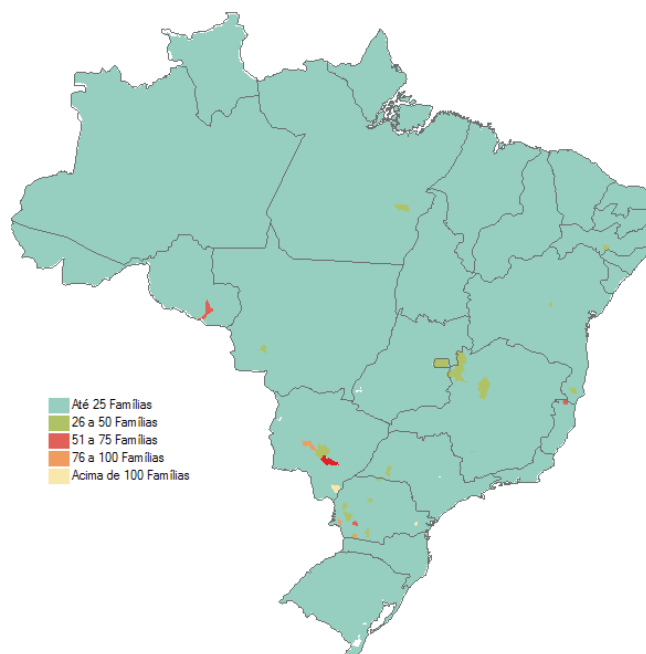
Mapa 2 – Famílias quilombolas por municípios.

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

As famílias quilombolas estão localizadas, em sua maioria, em municípios dos Estados do Maranhão e da Bahia. O Município com maior número de famílias quilombolas é Alcântara, no Maranhão, com 3.634 famílias. As cidades com mais de mil famílias quilombolas são: 1) no Estado do Pará: Abaetetuba (2.284); 2) no Estado do Maranhão: Alcântara (3.634), Itapecuru Mirim (1.274), São Bento (1.067) e São Vicente Ferrer (1.496); e 3) no Estado da Bahia: Bom Jesus da Lapa (1.023), Campo Formoso (1.509) e Vitória da Conquista (1.047).

Vale ressaltar que o Cadastro Único permite dupla marcação para indígenas, quilombolas e famílias em situação de rua. Isso significa que as famílias desses três grupos podem também ser identificadas como extrativistas, ribeirinhas, pescadores artesanais, entre outros.

Mapa 3 – Famílias acampadas por municípios.



Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

As famílias acampadas concentram-se, em sua maioria, nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. O Município com maior número de famílias acampadas é Curitiba, no Paraná, com 140 famílias. Os municípios com mais de 50 famílias são: 1) no Estado do Rio Grande do Sul: Itaquiraí (106) e Anastácio (91); 2) no Estado do Paraná: Renascença (86), Quedas do Iguaçu (51), Matelândia 77; e 3) no Estado do Espírito Santo: Montanha (63).

Tabela 17 – Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por tipo de localidade¹⁰.

		TOTAL		URBANAS		RURAIS	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	103.980	100,0%	42.936	41,3%	61.037	58,7%
	Família Quilombola	74.367	100,0%	23.804	32,0%	50.557	68,0%
	Família Cigana	1.245	100,0%	1.127	90,5%	115	9,2%
	Família Extrativista	8.769	100,0%	3.712	42,3%	5.057	57,7%
	Família de Pescadores Artesanais	30.163	100,0%	17.111	56,7%	13.052	43,3%
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	562	100,0%	426	75,8%	135	24,0%
	Família Ribeirinha	12.362	100,0%	2.922	23,6%	9.440	76,4%
	Família de Agricultores Familiares	248.295	100,0%	67.515	27,2%	180.778	72,8%
	Família Assentada	26.979	100,0%	3.013	11,2%	23.966	88,8%
	Família beneficiária do PNCF	932	100,0%	212	22,7%	720	77,3%
	Família Acampada	2.656	100,0%	831	31,3%	1.823	68,6%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.118	100,0%	849	75,9%	269	24,1%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	3.196	100,0%	2.909	91,0%	287	9,0%
	Família de Catadores de Material Reciclável	19.203	100,0%	17.530	91,3%	1.517	7,9%
	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	85.324	100,0%	34.255	40,1%	51.065
Família Quilombola		63.924	100,0%	20.479	32,0%	43.442	68,0%
Família Cigana		916	100,0%	829	90,5%	86	9,4%
Família Extrativista		7.589	100,0%	3.263	43,0%	4.326	57,0%
Família de Pescadores Artesanais		26.314	100,0%	14.770	56,1%	11.544	43,9%
Família Pertencente à Comunidade de Terreiro		402	100,0%	288	71,6%	114	28,4%
Família Ribeirinha		9.840	100,0%	2.343	23,8%	7.497	76,2%
Família de Agricultores Familiares		206.230	100,0%	56.704	27,5%	149.525	72,5%
Família Assentada		22.233	100,0%	2.573	11,6%	19.660	88,4%
Família beneficiária do PNCF		735	100,0%	158	21,5%	577	78,5%
Família Acampada		1.869	100,0%	562	30,1%	1.305	69,8%
Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura		758	100,0%	562	74,1%	196	25,9%
Família de Preso do Sistema Carcerário		2.373	100,0%	2.142	90,3%	231	9,7%
Família de Catadores de Material Reciclável		14.997	100,0%	13.645	91,0%	1.242	8,3%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Os diversos grupos tradicionais e específicos também se concentram de forma diferente nas áreas rurais e em áreas urbanas. As famílias que se situam de forma predominante nas áreas rurais são: indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, de agricultores familiares, assentadas da reforma agrária, beneficiárias de programa de crédito fundiário e acampadas. As famílias que se concentram em áreas urbanas são as ciganas, de pescadores artesanais, pertencentes a comunidades de terreiro, atingidas por empreendimento de infraestrutura, de preso do sistema carcerário, catadores de material reciclável e em situação de rua.

Esse dado é importante porque, como exposto em seção anterior, os domicílios localizados em áreas rurais têm menor acesso aos serviços básicos de abastecimento de água pela rede pública, de coleta de lixo, de escoamento sanitário adequado e de energia elétrica. Os grupos cujas famílias possuem maior proporção de domicílios com acesso simultâneo a esses serviços são as famílias pertencentes à comunidade de terreiros (47,7%), as famílias de preso do sistema carcerário (61,2%) e as famílias de catadores de materiais recicláveis (50,7%), que são justamente os grupos familiares que residem em sua maioria em áreas urbanas.

10 A variável relacionada ao tipo de localidade faz parte de um bloco do Formulário de cadastramento que caracteriza os domicílios das famílias. Como as famílias em situação de rua não preenchem esse bloco, elas não são identificadas para essa variável.

Tabela 18 – Material predominante das paredes externas do domicílio, por família de grupo tradicional ou específico.

		TOTAL		ALVENARIA/ TIJOLO COM REVESTIMENTO		ALVENARIA/ TIJOLO SEM REVESTIMENTO		MADEIRA APARELHADA		TAIPA REVESTIDA		TAIPA NÃO REVESTIDA		MADEIRA APROVEITADA		PALHA		OUTRO MATERIAL		SEM INFORMAÇÃO	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	103.980	100,0%	26.943	25,9%	7.279	7,0%	21.465	20,6%	7.254	7,0%	7.392	7,1%	5.056	4,9%	2.797	2,7%	21.239	20,4%	4.555	4,4%
	Família Quilombola	74.367	100,0%	30.282	40,7%	10.143	13,6%	6.281	8,4%	6.095	8,2%	7.968	10,7%	1.367	1,8%	549	0,7%	9.230	12,4%	2.452	3,3%
	Família Cigana	1.245	100,0%	511	41,0%	140	11,2%	25	2,0%	13	1,0%	15	1,2%	8	,6%	2	0,2%	114	9,2%	417	33,5%
	Família Extrativista	8.769	100,0%	1.820	20,8%	1.039	11,8%	3.290	37,5%	364	4,2%	552	6,3%	711	8,1%	162	1,8%	447	5,1%	384	4,4%
	Família de Pescadores Artesanais	30.163	100,0%	11.670	38,7%	4.641	15,4%	8.575	28,4%	866	2,9%	1.012	3,4%	1.363	4,5%	150	0,5%	701	2,3%	1.185	3,9%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	562	100,0%	316	56,2%	129	23,0%	38	6,8%	10	1,8%	10	1,8%	10	1,8%	1	0,2%	19	3,4%	29	5,2%
	Família Ribeirinha	12.362	100,0%	1.192	9,6%	520	4,2%	5.854	47,4%	425	3,4%	376	3,0%	1.859	15,0%	188	1,5%	464	3,8%	1.484	12,0%
	Família de Agricultores Familiares	248.295	100,0%	152.061	61,2%	35.523	14,3%	18.087	7,3%	11.337	4,6%	8.279	3,3%	2.864	1,2%	1.201	0,5%	13.943	5,6%	5.000	2,0%
	Família Assentada	26.979	100,0%	12.913	47,9%	6.448	23,9%	2.540	9,4%	421	1,6%	613	2,3%	948	3,5%	201	0,7%	911	3,4%	1.984	7,4%
	Família beneficiária do PNCF	932	100,0%	535	57,4%	169	18,1%	103	11,1%	23	2,5%	18	1,9%	46	4,9%	4	0,4%	16	1,7%	18	1,9%
	Família Acampada	2.656	100,0%	303	11,4%	112	4,2%	305	11,5%	26	1,0%	46	1,7%	174	6,6%	39	1,5%	300	11,3%	1.351	50,9%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.118	100,0%	465	41,6%	105	9,4%	221	19,8%	7	,6%	13	1,2%	103	9,2%	2	0,2%	11	1,0%	191	17,1%
	Família de Preso do Sist. Carcerário	3.196	100,0%	1.985	62,1%	613	19,2%	310	9,7%	19	,6%	16	,5%	85	2,7%	5	0,2%	38	1,2%	125	3,9%
	Família de Cat. de Mat. Reciclável	19.203	100,0%	9.945	51,8%	3.902	20,3%	2.164	11,3%	170	,9%	238	1,2%	1.202	6,3%	9	0%	306	1,6%	1.267	6,6%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	85.324	100,0%	20.652	24,2%	6.318	7,4%	17.935	21,0%	6.069	7,1%	6.278	7,4%	4.436	5,2%	2.480	2,9%	17.245	20,2%	3.911	4,6%
	Família Quilombola	63.924	100,0%	25.407	39,7%	9.009	14,1%	5.397	8,4%	5.421	8,5%	7.258	11,4%	1.224	1,9%	506	0,8%	7.600	11,9%	2.102	3,3%
	Família Cigana	916	100,0%	368	40,2%	97	10,6%	19	2,1%	11	1,2%	11	1,2%	8	,9%	1	0,1%	86	9,4%	315	34,4%
	Família Extrativista	7.589	100,0%	1.573	20,7%	916	12,1%	2.879	37,9%	319	4,2%	479	6,3%	625	8,2%	138	1,8%	357	4,7%	303	4,0%
	Família de Pescadores Artesanais	26.314	100,0%	9.960	37,9%	3.987	15,2%	7.797	29,6%	779	3,0%	893	3,4%	1.161	4,4%	134	0,5%	651	2,5%	952	3,6%
	Família pertencente à Comunidade de Terreiro	402	100,0%	214	53,2%	94	23,4%	33	8,2%	8	2,0%	8	2,0%	8	2,0%	1	0,2%	14	3,5%	22	5,5%
	Família Ribeirinha	9.840	100,0%	957	9,7%	422	4,3%	5.040	51,2%	385	3,9%	309	3,1%	1.268	12,9%	162	1,6%	411	4,2%	886	9,0%
	Família de Agricultores Familiares	206.230	100,0%	126.143	61,2%	29.453	14,3%	14.849	7,2%	9.750	4,7%	7.108	3,4%	2.343	1,1%	1.067	0,5%	12.118	5,9%	3.399	1,6%
	Família Assentada	22.233	100,0%	10.771	48,4%	5.255	23,6%	2.091	9,4%	353	1,6%	557	2,5%	707	3,2%	174	0,8%	741	3,3%	1.584	7,1%
	Família beneficiária do PNCF	735	100,0%	443	60,3%	140	19,0%	62	8,4%	21	2,9%	16	2,2%	31	4,2%	2	0,3%	12	1,6%	8	1,1%
	Família Acampada	1.869	100,0%	209	11,2%	84	4,5%	238	12,7%	21	1,1%	40	2,1%	134	7,2%	31	1,7%	206	11,0%	906	48,5%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	758	100,0%	346	45,6%	67	8,8%	139	18,3%	6	,8%	11	1,5%	71	9,4%	2	0,3%	10	1,3%	106	14,0%
	Família de Preso do Sist. Carcerário	2.373	100,0%	1.445	60,9%	478	20,1%	234	9,9%	15	,6%	15	,6%	68	2,9%	4	0,2%	30	1,3%	84	3,5%
	Família de Cat. de Mat. Reciclável	14.997	100,0%	7.715	51,4%	3.037	20,3%	1.682	11,2%	154	1,0%	222	1,5%	893	6,0%	8	0,1%	268	1,8%	1.018	6,8%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Na maior parte dos grupos tradicionais e específicos, as famílias residem em domicílios com paredes feitas de alvenaria/tijolo com revestimento. Somente as famílias extrativistas e ribeirinhas constroem, em sua maioria, suas casas com madeira aparelhada. As famílias indígenas têm um alto percentual de outro material (20,4%).

Na tabela a seguir, é possível perceber que os arranjos familiares dos grupos tradicionais, como ciganos e quilombolas, se distinguem do restante do Cadastro Único. Enquanto, entre os cadastrados, a maioria das famílias é monoparental feminina, em quase todos os grupos tradicionais, o arranjo familiar predominante é de casal com filhos. O arranjo monoparental feminino passa a ser predominante entre as famílias em situação específicas, como a de preso do sistema carcerário e de catadores de materiais recicláveis. Vale notar que as pessoas/famílias em situação de rua são, quase em sua totalidade, de arranjo unipessoal, o que está em aderência às pesquisas que mostram que estas pessoas são, em maioria, adultos do sexo masculino.

Tabela 19 – Famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias, por arranjo familiar.

		TOTAL		UNIPESSOAL		MONOPARENTAL FEMININO		MONOPARENTAL MASCULINO		SÓ CASAL		CASAL COM FILHOS		BIPARENTAL E OUTROS PARENTES		MONOPAR. FEM. E OUTROS PARENTES		MONOPAR. MASC. E OUTROS PARENTES		OUTROS	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	103.980	100,0%	5.651	5,4%	32.444	31,2%	3.232	3,1%	3.461	3,3%	50.035	48,1%	2.604	2,5%	2.628	2,5%	226	0,2%	3.699	3,6%
	Família Quilombola	74.367	100,0%	6.398	8,6%	22.334	30,0%	1.888	2,5%	4.355	5,9%	32.796	44,1%	1.916	2,6%	1.794	2,4%	142	0,2%	2.744	3,7%
	Família Cigana	1.245	100,0%	156	12,5%	321	25,8%	27	2,2%	100	8,0%	539	43,3%	33	2,7%	27	2,2%	1	0,1%	41	3,3%
	Família Extrativista	8.769	100,0%	334	3,8%	2.889	32,9%	224	2,6%	350	4,0%	4.378	49,9%	211	2,4%	184	2,1%	8	0,1%	191	2,2%
	Família de Pescadores Artesanais	30.163	100,0%	1.486	4,9%	7.419	24,6%	773	2,6%	1.374	4,6%	16.232	53,8%	1.247	4,1%	706	2,3%	63	0,2%	863	2,9%
	Família pertencente a Comum. de Terreiro	562	100,0%	87	15,5%	207	36,8%	9	1,6%	19	3,4%	161	28,6%	13	2,3%	33	5,9%	2	0,4%	31	5,5%
	Família Ribeirinha	12.362	100,0%	490	4,0%	4.006	32,4%	462	3,7%	358	2,9%	6.293	50,9%	308	2,5%	220	1,8%	15	0,1%	210	1,7%
	Família de Agricultores Familiares	248.295	100,0%	17.878	7,2%	50.739	20,4%	4.324	1,7%	21.656	8,7%	137.620	55,4%	6.741	2,7%	3.645	1,5%	236	0,1%	5.456	2,2%
	Família Assentada	26.979	100,0%	1.938	7,2%	4.580	17,0%	575	2,1%	2.424	9,0%	14.719	54,6%	1.167	4,3%	490	1,8%	28	0,1%	1.058	3,9%
	Família beneficiária do PNCF	932	100,0%	56	6,0%	142	15,2%	18	1,9%	88	9,4%	550	59,0%	35	3,8%	18	1,9%	0	0,0%	25	2,7%
	Família Acampada	2.656	100,0%	404	15,2%	661	24,9%	75	2,8%	206	7,8%	1.093	41,2%	66	2,5%	59	2,2%	4	0,2%	88	3,3%
	Família Atingida por Empreend. de Infraest.	1.118	100,0%	88	7,9%	370	33,1%	20	1,8%	68	6,1%	471	42,1%	21	1,9%	43	3,8%	4	0,4%	33	3,0%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	3.196	100,0%	116	3,6%	1.339	41,9%	43	1,3%	65	2,0%	945	29,6%	160	5,0%	350	11,0%	12	0,4%	166	5,2%
	Família de Catadores de Material Reciclável	19.203	100,0%	3.306	17,2%	6.759	35,2%	452	2,4%	1.042	5,4%	5.235	27,3%	603	3,1%	968	5,0%	28	0,1%	810	4,2%
	Família em Situação de Rua	11.558	100%	11.164	96,6%	208	1,8%	23	0,2%	74	0,6%	61	0,5%	1	0%	13	0,1%	1	0%	13	0,1%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	85.324	100,0%	2.942	3,4%	27.559	32,3%	2.472	2,9%	2.066	2,4%	43.846	51,4%	2.175	2,5%	2.065	2,4%	174	0,2%	2.025	2,4%
	Família Quilombola	63.924	100,0%	4.358	6,8%	20.147	31,5%	1.594	2,5%	2.982	4,7%	29.573	46,3%	1.622	2,5%	1.555	2,4%	117	0,2%	1.976	3,1%
	Família Cigana	916	100,0%	74	8,1%	251	27,4%	21	2,3%	61	6,7%	435	47,5%	29	3,2%	17	1,9%	1	0,1%	27	2,9%
	Família Extrativista	7.589	100,0%	209	2,8%	2.511	33,1%	174	2,3%	215	2,8%	3.958	52,2%	197	2,6%	171	2,3%	7	0,1%	147	1,9%
	Família de Pescadores Artesanais	26.314	100,0%	833	3,2%	6.664	25,3%	636	2,4%	776	2,9%	14.851	56,4%	1.147	4,4%	642	2,4%	53	0,2%	712	2,7%
	Família pertencente a Comum. de Terreiro	402	100,0%	28	7,0%	165	41,0%	7	1,7%	8	2,0%	135	33,6%	10	2,5%	27	6,7%	1	0,2%	21	5,2%
	Família Ribeirinha	9.840	100,0%	197	2,0%	3.028	30,8%	281	2,9%	190	1,9%	5.490	55,8%	280	2,8%	195	2,0%	15	0,2%	164	1,7%
	Família de Agricultores Familiares	206.230	100,0%	9.382	4,5%	43.499	21,1%	3.203	1,6%	13.197	6,4%	123.581	59,9%	5.945	2,9%	3.241	1,6%	194	0,1%	3.988	1,9%
	Família Assentada	22.233	100,0%	1.006	4,5%	3.906	17,6%	426	1,9%	1.513	6,8%	13.105	58,9%	1.011	4,5%	418	1,9%	22	0,1%	826	3,7%
	Família beneficiária do PNCF	735	100,0%	28	3,8%	108	14,7%	14	1,9%	52	7,1%	471	64,1%	31	4,2%	14	1,9%	0	0,0%	17	2,3%
	Família Acampada	1.869	100,0%	178	9,5%	500	26,8%	49	2,6%	91	4,9%	903	48,3%	52	2,8%	47	2,5%	1	0,1%	48	2,6%
	Família Atingida por Empreend. de Infraest.	758	100,0%	39	5,1%	276	36,4%	12	1,6%	27	3,6%	336	44,3%	15	2,0%	29	3,8%	3	0,4%	21	2,8%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	2.373	100,0%	53	2,2%	1.020	43,0%	24	1,0%	32	1,3%	740	31,2%	126	5,3%	258	10,9%	9	0,4%	111	4,7%
	Família de Catadores de Material Reciclável	14.997	100,0%	2.298	15,3%	5.606	37,4%	331	2,2%	593	4,0%	4.296	28,6%	491	3,3%	790	5,3%	13	0,1%	579	3,9%
	Família em Situação de Rua	8.521	100,0%	8.247	96,8%	147	1,7%	15	0,2%	52	0,6%	45	0,5%	1	0,0%	7	0,1%	1	0,0%	6	0,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Na tabela a seguir, nota-se que as pessoas com mais de 25 anos pertencentes a famílias de grupos tradicionais ou específicos possuem, em sua maioria, ensino fundamental incompleto, tanto entre pessoas cadastradas quanto entre beneficiários do Bolsa Família. As famílias ciganas são as que possuem maior proporção de pessoas sem instrução (52,4%). Por outro lado, as famílias pertencentes a comunidades de terreiro têm um percentual mais alto que o observado nos demais grupos para o grau de instrução de ensino médio completo ou mais (19,5%).

É importante considerar que o grau de instrução das pessoas com mais de 25 anos pertencentes a famílias de grupos tradicionais ou específicos é, em geral, menor do que a média do Cadastro Único. Enquanto entre o total de pessoas com mais de 25 anos cadastradas, a proporção de pessoas sem instrução é de 15,3%, como pôde ser observado na Tabela 14, em nove dos dezesseis grupos tradicionais e específicos, essa porcentagem ultrapassa os 20%. O percentual de pessoas sem instrução só é menor entre as pessoas inseridas em famílias pertencentes à Comunidade de Terreiro, de preso do sistema carcerário e em situação de rua com, respectivamente, 13,9%, 13,1% e 13,3%.

Tabela 20 – Grau de instrução das pessoas com mais de 25 anos, por famílias de grupos tradicionais e específicos cadastradas e beneficiárias.

		TOTAL		SEM INSTRUÇÃO		FUNDAMENTAL INCOMPLETO		FUNDAMENTAL COMPLETO		MÉDIO INCOMPLETO		MÉDIO COMPLETO		SUPERIOR INC. OU MAIS		SEM INFORMAÇÃO	
CADASTRO ÚNICO	Família Indígena	146.745	100,0%	40.811	27,8%	72.955	49,7%	7.993	5,4%	6.529	4,4%	8.056	5,5%	967	,7%	9.434	6,4%
	Família Quilombola	111.100	100,0%	26.600	23,9%	60.510	54,5%	6.153	5,5%	4.395	4,0%	8.142	7,3%	352	,3%	4.948	4,5%
	Família Cigana	1.601	100,0%	839	52,4%	628	39,2%	37	2,3%	22	1,4%	65	4,1%	5	,3%	5	,3%
	Família Extrativista	12.547	100,0%	2.232	17,8%	7.383	58,8%	908	7,2%	551	4,4%	1.378	11,0%	59	,5%	36	,3%
	Família de Pescadores Artesanais	46.828	100,0%	7.303	15,6%	28.536	60,9%	3.168	6,8%	2.618	5,6%	4.894	10,5%	120	,3%	189	,4%
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	743	100,0%	103	13,9%	388	52,2%	55	7,4%	42	5,7%	145	19,5%	9	1,2%	1	,1%
	Família Ribeirinha	16.997	100,0%	4.398	25,9%	9.945	58,5%	862	5,1%	589	3,5%	1.084	6,4%	57	,3%	62	,4%
	Família de Agricultores Familiares	391.612	100,0%	92.733	23,7%	222.547	56,8%	23.669	6,0%	13.221	3,4%	36.987	9,4%	1.106	,3%	1.349	,3%
	Família Assentada	44.520	100,0%	8.974	20,2%	27.411	61,6%	2.904	6,5%	1.651	3,7%	3.245	7,3%	168	,4%	167	,4%
	Família beneficiária do PNCF	1.565	100,0%	324	20,7%	927	59,2%	110	7,0%	56	3,6%	136	8,7%	5	,3%	7	,4%
	Família Acampada	3.576	100,0%	787	22,0%	2.113	59,1%	247	6,9%	140	3,9%	270	7,6%	12	,3%	7	,2%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.553	100,0%	251	16,2%	882	56,8%	150	9,7%	73	4,7%	172	11,1%	12	,8%	13	,8%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	4.406	100,0%	575	13,1%	2.544	57,7%	429	9,7%	287	6,5%	533	12,1%	28	,6%	10	,2%
	Família de Catadores de Material Reciclável	25.999	100,0%	5.459	21,0%	15.049	57,9%	1.978	7,6%	1.117	4,3%	2.263	8,7%	71	,3%	62	,2%
	Família em Situação de Rua	10977	100,0%	1457	13,3%	5862	53,4%	1531	13,9%	703	6,4%	1298	11,8%	120	1,1%	6	,1%
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Família Indígena	120.423	100,0%	32.714	27,2%	61.892	51,4%	6.603	5,5%	5.429	4,5%	6.786	5,6%	663	,6%	6.336	5,3%
	Família Quilombola	94.900	100,0%	22.046	23,2%	53.162	56,0%	5.328	5,6%	3.774	4,0%	6.855	7,2%	188	,2%	3.547	3,7%
	Família Cigana	1.258	100,0%	654	52,0%	516	41,0%	30	2,4%	16	1,3%	39	3,1%	0	0,0%	3	,2%
	Família Extrativista	11.217	100,0%	1.960	17,5%	6.682	59,6%	817	7,3%	484	4,3%	1.199	10,7%	46	,4%	29	,3%
	Família de Pescadores Artesanais	41.801	100,0%	6.450	15,4%	25.871	61,9%	2.803	6,7%	2.340	5,6%	4.082	9,8%	88	,2%	167	,4%
	Família Pertencente à Comunidade de Terreiro	555	100,0%	72	13,0%	317	57,1%	39	7,0%	29	5,2%	92	16,6%	5	,9%	1	,2%
	Família Ribeirinha	14.577	100,0%	3.666	25,1%	8.695	59,6%	743	5,1%	506	3,5%	864	5,9%	44	,3%	59	,4%
	Família de Agricultores Familiares	337.694	100,0%	80.449	23,8%	195.776	58,0%	20.083	5,9%	11.145	3,3%	28.538	8,5%	603	,2%	1.100	,3%
	Família Assentada	37.553	100,0%	7.573	20,2%	23.404	62,3%	2.412	6,4%	1.387	3,7%	2.537	6,8%	95	,3%	145	,4%
	Família beneficiária do PNCF	1.256	100,0%	267	21,3%	750	59,7%	89	7,1%	46	3,7%	95	7,6%	3	,2%	6	,5%
	Família Acampada	2.626	100,0%	553	21,1%	1.600	60,9%	181	6,9%	104	4,0%	173	6,6%	8	,3%	7	,3%
	Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura	1.057	100,0%	179	16,9%	633	59,9%	98	9,3%	38	3,6%	91	8,6%	6	,6%	12	1,1%
	Família de Preso do Sistema Carcerário	3.269	100,0%	430	13,2%	1.937	59,3%	309	9,5%	212	6,5%	358	11,0%	17	,5%	6	,2%
	Família de Catadores de Material Reciclável	20.103	100,0%	4.190	20,8%	11.763	58,5%	1.566	7,8%	863	4,3%	1.646	8,2%	31	,2%	44	,2%
	Família em Situação de Rua	8166	100,0%	1035	12,7%	4350	53,3%	1163	14,2%	515	6,3%	1004	12,3%	93	1,1%	6	,1%

Fonte: Cadastro Único de fevereiro de 2013 e Folha de Pagamento do PBF de março de 2013.

Considerações Finais

A presente publicação apresentou os dados referentes ao perfil das famílias e pessoas registradas no Cadastro Único, bem como do subgrupo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao longo dos últimos anos, o número de famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo registradas aumentou consideravelmente, fazendo do Cadastro Único quase um censo da população de baixa renda. Por isso, essa base de dados é um excelente instrumento para subsidiar políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda.

Por meio da análise do perfil dos cadastrados, é possível perceber que a maioria dos registrados situa-se na faixa de extrema pobreza. Este dado reforça a importância do Programa Bolsa Família, que passou a garantir a todo este grupo de famílias o complemento de renda suficiente para que ultrapassem a linha da extrema pobreza. A maior parte das famílias cadastradas está em áreas urbanas e nas regiões Nordeste e Sudeste. Apesar do acesso a alguns dos serviços de abastecimento de água pela rede pública, de coleta de lixo, de escoamento sanitário adequado e de energia elétrica ter se ampliado significativamente, a minoria das famílias tem acesso a todos estes serviços (46%). E quanto menor a faixa de renda familiar *per capita*, menor o acesso simultâneo: apenas 36% das famílias extremamente pobres têm acesso simultâneo adequado a esses serviços.

As pessoas cadastradas são na maioria mulheres, jovens de até 15 anos e de cor/raça parda. A maioria das pessoas acima de 25 anos tem apenas o ensino fundamental incompleto, e ainda há uma proporção expressiva de pessoas sem instrução. Somados, têm-se 66,6% das pessoas do Cadastro Único que não completaram sequer o ensino fundamental.

Assim, o perfil dos indicadores aqui analisados aponta para um grau ainda elevado de vulnerabilidade da população de baixa renda do país. Interessa se evidenciar as múltiplas fragilidades e precariedades que afligem essa população, no sentido de fortalecer e aprimorar a ação do Estado brasileiro, seja na continuidade e expansão das atuais transferências de renda, como o PBF, seja na oferta de serviços públicos de infraestrutura urbana, de saúde e de educação, seja ainda na ampliação das suas oportunidades de qualificação e inserção produtiva. A continuidade da convergência da oferta dessas ações à parcela mais vulnerável da população brasileira certamente modificará alguns destes indicadores ainda hoje insatisfatórios.

Para as políticas de recorte afirmativo, étnico e outras agremiações, o Cadastro Único vem se tornando, cada vez mais, uma fonte de dados importante e cujos apontamentos são relevantes para o entendimento dessas populações e consequente aprimoramento dessas políticas. A maior representatividade dessas populações no Cadastro Único, por meio das estratégias de busca ativa, com renovado impulso, desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, traz a possibilidade de usar o Cadastro como fonte para o diagnóstico e acompanhamento das famílias com tais especificidades.

Espera-se que a disponibilidade de uma fonte única e confiável de dados, como a do Cadastro Único, dê apoio ao que deve ser o princípio norteador da ação do Estado para essas populações: políticas que integrem serviços e transferências, ambos desenhados de modo particular e apropriado às diversas necessidades e carências dessas populações. Sabe-se que essas múltiplas camadas de marginalização, que hoje impedem uma vida plena desses brasileiros foram lentamente talhadas pelo tempo. Justamente por isso, essa publicação se esforça em divulgar à sociedade brasileira os avanços, mas, também, os ainda grandes desafios, na esperança de solidificar e manter o apoio da sociedade brasileira às políticas voltadas para a superação da pobreza

Bibliografia

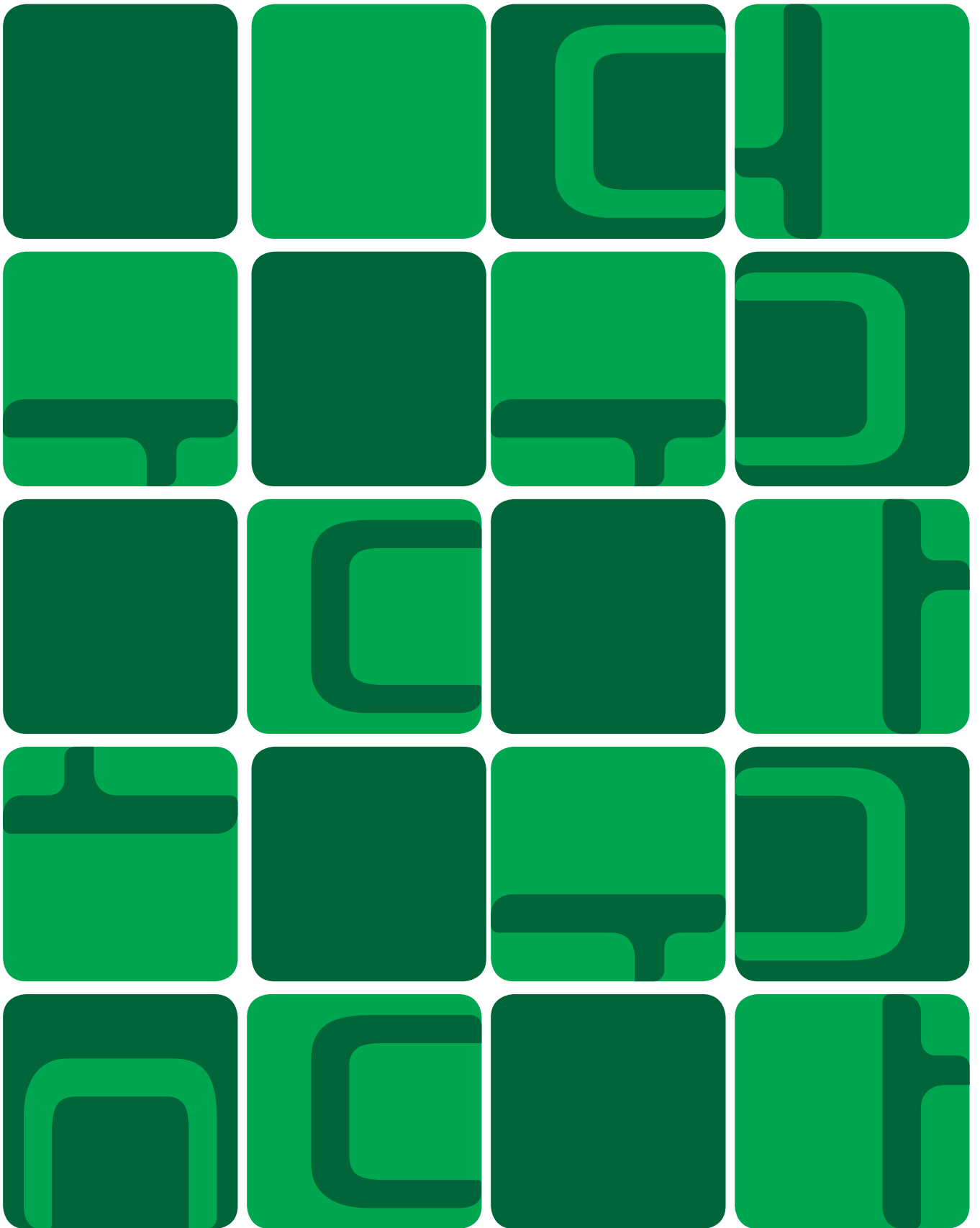
BARTHOLO, L. et al. Contribuições e potencialidades do Cadastro Único para a implementação de políticas sociais no Brasil. Brasil. Fome zero. Uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, 2010.

MOREIRA, N. et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Rev. Adm. Pública*, v.46, no.2, mar./abr. 2012.

CAMARGO et al. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (Eds.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (Eds.) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados. Volume 2 – Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.



Perfil DAS PESSOAS E FAMÍLIAS
NO CADASTRO ÚNICO
DO GOVERNO FEDERAL **2013**

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**